DIÁRIO DE NOTÍCIAS DE SÃO PAULO

EDIÇÃO NACIONAL

ISSN 2675-6676

R$ 6,00

www.diariodenoticias.com.br | ANO XXXVIII • Nº 8220 • SÃO PAULO, SEXTA-FEIRA, 20 DE SETEMBRO DE 2024 | DIRETOR RESPONSÁVEL: MÁRCIO ANTÔNIO LOPES DA COSTA

Moraes volta a ordenar bloqueio imediato do X no Brasil

Política Pág.03

Ministro fixou multa diária de R$ 5 milhões à plataforma para o caso de descumprimento

Após a Anatel notificar, quarta-feira, manobra da plataforma X, do empresário Elon Musk, para burlar o bloqueio da rede social no Brasil, o ministro do STF Alexandre de Moraes ordenou, ainda na noite de quarta-feira, 18, a suspensão imediata do uso dos novos acessos pelos servidores de internet CDN, Cloudflare, Fastly e Edgeuno e outros semelhantes, criados para burlar a decisão judicial, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 5 milhões ao X Brasil e ao Twitter. "Não há, portanto, dúvidas de que a plataforma X – sob o comando direto de Elon Musk–, novamente pretende desrespeitar o Poder Judiciário brasileiro, pois a Anatel identificou a estratégia utilizada para desobedecer a ordem judicial proferida nos autos, inclusive com a sugestão das providências a serem adotadas para a manutenção da suspensão", escreveu Moraes na decisão.

(Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil)



Em sua decisão, o ministro Alexandre de Moraes estipulou o prazo de 24 horas para que a Anatel comunique ao STF quais providências foram adotadas e que medidas foram implementadas para cumprimento da decisão de bloqueio do X no país.

Lançamentos Pág.13

Novo filme de suspense dirigido por Mel Gibson promete agitar as telonas em 2025

Esportes Pág.08

Preparem as luvas: COB Expo terá treino aberto de boxe com Abner Teixeira

Economia Pág.04

Desonerações totalizaram R$ 82,529 bilhões até agosto

No acumulado dos oito primeiros meses de 2024, as desonerações concedidas pelo governo federal a 17 setores econômicos resultaram na renúncia fiscal total de R$ 82,529 bilhões, volume inferior ao registrado no mesmo período do ano passado (R$ 99,888 bilhões, a preços correntes).

Política Pág.03

Governo garante recursos para o combate às queimadas e à seca

Em entrevista ao Bom Dia, Ministro, produzido pela EBC, ontem, 19, o titular da pasta da Integração e Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, assegurou que o governo federal mobilizará todos os recursos financeiros necessários para o combate aos incêndios e à estiagem que atingem quase todos os estados brasileiros.

DESIGUALDADE SALARIAL



MÉDIA SALARIAL DOS TRABALHADORES

Mulheres negras	R$ 2.745,76
Mulheres não negras	R$ 4.249,71
Mulheres (geral)	R$ 3.565,48
Homens negros	R$ 3.493,59
Homens não negros	R$ 5.464,29
Homens (geral)	R$ 4.495,39

Mulheres em cargos de direção e gerência recebem **73%** da remuneração dos homens nos mesmos cargos

FONTE Ministério do Trabalho e Emprego

INFOGRAFFO

Tecnologia Pág.11

Especialistas desvendam mitos e verdades sobre Segurança na Nuvem

Leis e Projetos Pág.02

Câmara aprova lei que agiliza contratações em casos de emergência

Internacional Pág.05

Israel lança ataques aéreos contra alvos do Hezbollah no Líbano

Esportes Pág.08

Gabigol perde lugar de destaque no Flamengo e vai para o fim da fila

Economia Pág.04

Arrecadação tem melhor resultado da série para agosto - R$ 201,622 bi

Internacional Pág.05

Kamala Harris lidera em três estados

Política Pág.03

Portaria proíbe PRF de barrar eleitores nas eleições deste ano

Esportes Pág.08

Em busca de reforços, Guarani surpreende e anuncia novo atacante

Internacional Pág.05

Após bloqueio do x no Brasil, Casa Branca diz que todos devem ter acesso às redes sociais

Geral Pág.06

Gleisi culpa Bolsonaro pela onda de incêndios pelo país

Em publicação nas redes sociais, ontem, 19, a presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, culpou o ex-presidente Bolsonaro pela onda de queimadas no país, lembrando os cortes do governo anterior em verbas do Ibama e do ICMBio. Ela também mencionou a frase dita pelo ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles sobre "passar a boiada" em alusão à flexibilização das leis ambientais feitas na gestão anterior.

Economia Pág.04

Valor de produção da pecuária quebra recorde com alta de 5,4% em 2023

(Foto: Licia Rubinstein/Agencia Gov)



Efetivo de bovinos atinge recorde na série histórica com 238,6 milhões de cabeças

Dados do IBGE divulgados ontem, 19, apontam que o valor da produção da pecuária no Brasil atingiu em 2023 novo recorde de R$ 122,4 bilhões, alta de 5,4% ante 2022. Foi o maior crescimento percentual da produção dos últimos cinco anos.

Acesse o nosso site: diariodenoticias.com.br

CULTURA

Confira três exposições gratuitas para visitar neste fim de semana em São Paulo

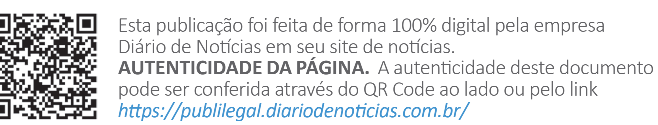
https://shre.ink/gEUy

Contexto Jurídico Pág.10

Confederação Intercontinental: STJ inaugura programa internacional em prol da justiça africana

INDICADORES FINANCEIROS

Salário Mínimo	R$ 1.412,00
IPCA (IBGE) - mês	0,83%
IGP-M (FGV) - mês	0,07%
IPC (FIPE) - mês	0,26%
TR pré	0,7065%
Taxa básica financeira - TBF	0,7065%
Ibovespa (pontos)	128.854
Poupança (mês)	0,51%
CDB pré 30 dias - ano	10,27%
CDB pré 90 dias - ano	10,00%
CDI acumulado - mês	0,24%
CDI anualizado	10,65%
Dólar comercial	R$ 5,0310/R$ 5,0310
Dolar turismo	R$ 5,0600/R$ 5,2400
Euro turismo	R$ 5,4620/R$ 5,4620



LEIS & PROJETOS

EDIÇÃO NACIONAL

Câmara aprova PL que dispensa licitações para contratos em situações de calamidade

A Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira, 18, um projeto de lei que estabelece medidas excepcionais para a aquisição de bens e serviços, incluindo engenharia, em situações de calamidade pública. A matéria segue agora para sanção presidencial.

O texto substitui Medidas Provisórias em vigor desde maio, destinadas a socorrer o Rio Grande do Sul após as enchentes deste ano. O projeto prevê como "medidas excepcionais": a dispensa de licitação para a aquisição e contratação de obras e serviços, incluindo engenharia; a redução pela metade dos prazos mínimos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos; a prorrogação de contratos por até 12 meses além dos prazos estabelecidos na Lei; e a possibilidade de firmar contratos verbais para valores inferiores a R$ 100 mil.

Além disso, o texto dispensa a elaboração de estudos técnicos preliminares e permite a apresentação simplificada de termos de referência, anteprojetos ou projetos básicos. O termo de referência deve incluir a declaração do objeto, a fundamentação simplificada da contratação, a descrição resumida da solução apresentada, os requisitos da contratação, os critérios de medição e pagamento, e a estimativa de preços.

Embora inicialmente idealizadas para o Rio Grande do Sul, essas regras poderão ser aplicadas a outros estados em situação de calamidade pública, como em casos de queimadas.

Câmara aprova subvenção de R$ 3 bi para mutuários atingidos por tragédia no RS

Na quarta-feira, dia 18, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que flexibiliza as licitações para obras em situações de calamidade pública. O projeto também aumenta para R$ 3 bilhões a subvenção econômica do governo federal para mutuários que sofreram perdas materiais devido a eventos climáticos entre abril e maio. Anteriormente, o valor era de R$ 2 bilhões, mas o Senado adicionou mais R$ 1 bilhão. O texto agora segue para sanção presidencial e substitui medidas provisórias vigentes desde maio para socorrer o Rio Grande do Sul após as enchentes deste ano.

De acordo com o projeto, o benefício será concedido no momento da contratação da operação de financiamento no âmbito do Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e Pronamp (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural).

O Senado adicionou uma cláusula que exige que as empresas que utilizarem as linhas de financiamento mantenham o número de empregos existentes. A Câmara, por sua vez, retirou um trecho que obrigava as empresas a retomar o número de empregados existentes antes da calamidade pública e a previsão de retroatividade dos encargos financeiros aplicados à operação a preços de mercado, caso o compromisso de manutenção dos empregos não fosse cumprido.

A União também foi autorizada a aumentar em até R$ 4,5 bilhões sua participação no Fundo de Garantia de Operações (FGO), com uma ampliação adicional de R$ 600 milhões aprovada pelo Senado. Além disso, o projeto autoriza o uso do superávit financeiro do Fundo Social apurado em 31 de dezembro de 2023, limitado a R$ 20 bilhões, como fonte de recursos para disponibilizar linhas de financiamento que apoiem ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas e enfrentamento das consequências sociais e econômicas de calamidades públicas.

Senado aprova, em votação simbólica, Projeto do Acredita; texto vai à sanção

Na quarta-feira, dia 18, o Senado aprovou simbolicamente o projeto de lei do programa Acredita, uma iniciativa de crédito do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, destinada a apoiar pequenos negócios. O texto agora aguarda a sanção presidencial.

A única alteração em relação ao texto aprovado na Câmara dos Deputados foi uma emenda da senadora Mara Gabrilli (PSD-SP), que incluiu pessoas com deficiência no grupo prioritário do programa Acredita, juntamente com mulheres, jovens, negros e pessoas de comunidades tradicionais e ribeirinhas. Essa mudança foi considerada uma emenda de redação, evitando assim a necessidade de retorno do texto à Câmara para nova votação.

Não houve destaques ao texto principal. A oposição tentou separar algumas emendas para votações individuais, mas um acordo com o governo e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), resultou na retirada desses destaques.

Uma das emendas tentava revisar o uso de recursos esquecidos do Banco Central. O PL, principal partido da oposição, propôs uma modificação no projeto de lei do Acredita para alterar um dispositivo da lei recentemente sancionada pelo presidente Lula, que prevê a reoneração gradual da folha de pagamento.

Pacheco comprometeu-se a votar esse dispositivo em um novo projeto de lei no futuro. Ele relatou ter recebido um telefonema do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, que enviou uma nota técnica do BC contra o texto aprovado no Senado sobre o uso desses recursos esquecidos.

O senador defendeu a necessidade de um "diálogo entre o Senado, Ministério da Fazenda e o Banco Central" para uma "eventual correção dessa aparente distorção" em outro projeto de lei ou medida provisória.

O Acredita, lançado em um momento de queda na popularidade de Lula, inclui a liberação de novos recursos, renegociação de dívidas, incentivos na área imobiliária e a criação de um programa de hedge cambial para projetos de transição ecológica.

Com essas medidas, o governo prevê realizar 1,25 milhão de transações de microcrédito até 2026, último ano do mandato presidencial.

Projeto autoriza médico particular a atestar deficiência para fins de benefício tributário

O Projeto de Lei 2016/24 permite que médicos especialistas do setor privado de saúde emitam laudos que garantam a pacientes com deficiência o direito a benefícios tributários. A proposta está em análise na Câmara dos Deputados.


(Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

Luciano Ducci: ideia é facilitar o acesso de pessoas com deficiência a isenções fiscais.

Atualmente, para acessar os benefícios tributários previstos em lei, a pessoa com deficiência deve comprovar sua condição por meio de laudo emitido por:

- serviço público de saúde;
- instituição privada vinculada ao Sistema Único de Saúde (SUS);
- clínicas credenciadas pelos departamentos de trânsito (Detrans); ou
- serviços de perícia a serem criados com essa finalidade.

A Lei 13.846/19, criada para evitar fraudes em benefícios previdenciários, só permite a revisão e concessão de benefícios tributários após a implementação e estruturação dos serviços de perícia médica.

Segundo o projeto, até que a reestruturação ocorra, a condição de deficiência dos pacientes poderá ser atestada por laudos emitidos por médicos particulares, desde que sejam especialistas na área.

O deputado Luciano Ducci (PSB-PR), autor do texto, argumenta que a proposta visa facilitar o acesso das pessoas com deficiência às isenções fiscais previstas em lei. "A proposta garante que os laudos possam ser emitidos por uma variedade de profissionais e entidades, ampliando a acessibilidade e a praticidade para os requerentes", afirma o parlamentar.

Um dos benefícios tributários previstos em lei para pessoas com deficiência comprovada é a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF) para a aquisição de veículos.

A proposta será analisada, em caráter conclusivo, pelas comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para se tornar lei, a proposta precisa ser aprovada pela Câmara e pelo Senado.

Especialistas comemoram aumento do acesso de indígenas ao ensino superior



(Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados)

Seminário promovido pela Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais.

Em 2004, quando as cotas foram implementadas na Universidade de Brasília (UnB), havia apenas quatro alunos indígenas matriculados. Hoje, esse número subiu para 203. Em 2021, último ano de coleta de dados, havia mais de 45 mil estudantes indígenas no Brasil, um aumento de mais de 350% em dez anos. Esse crescimento foi discutido em um seminário promovido pela Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais.

Manuele Tuyuka, presidente da Associação dos Acadêmicos Indígenas da UnB e participante do evento, destacou a importância de adquirir conhecimento para defender os direitos das comunidades indígenas. Segundo Manuele, o desafio atual é garantir a permanência com qualidade nos cursos universitários. "Nós somos a extensão de nossas comunidades dentro das universidades. Hoje, existem vários vestibulares específicos nas universidades que adotaram políticas de ações afirmativas. Temos acesso, mas precisamos de permanência de qualidade", afirma.

Rosilene Tuxá, diretora de políticas de educação escolar indígena, afirmou que o Ministério da Educação tem investido para promover a equidade na educação indígena. Ela mencionou duas iniciativas: o Parfor Equidade, uma ação da Capes que oferece formação continuada e já beneficiou mais de 100 mil professores da educação básica, e o Prolind, que apoia a formação superior de professores que atuam em escolas indígenas de educação básica.

"Os povos indígenas nunca tiveram oportunidade de acesso ao ensino superior até a lei de cotas de 2012, que representou um grande avanço. Apesar do progresso no acesso e na permanência, ainda somos uma pequena porcentagem da população indígena no Brasil", disse Rosilene Tuxá. Ela também mencionou que o MEC tem fortalecido o programa bolsa-permanência, que oferece suporte financeiro para estudantes indígenas se manterem na universidade. O valor da bolsa aumentou de R$ 950 para R$ 1.400, e a meta é universalizar o programa até janeiro de 2025, após identificar que 7 mil estudantes indígenas e quilombolas ainda não tinham acesso ao benefício.

PL aumenta proteção de dados públicos contra ataques cibernéticos

O Projeto de Lei 2987/23 exige que órgãos e entidades públicas adotem medidas de segurança para proteger dados contra acessos não autorizados e ataques cibernéticos. Essas medidas devem garantir a proteção da informação, assegurando sua disponibilidade, autenticidade, auditabilidade, integridade, imutabilidade e permanência.

(Foto: Mario Agra/Câmara dos Deputados)

Caio Vianna: blockchain pode garantir segurança e permanência dos dados.

Para isso, os órgãos poderão apresentar um plano estratégico, incluindo o uso de blockchain. A tecnologia blockchain é um mecanismo avançado de banco de dados que permite o compartilhamento transparente de informações na rede de uma empresa ou órgão público.

De acordo com o projeto, os órgãos públicos poderão estabelecer parcerias com entidades públicas ou privadas para viabilizar a adoção de tecnologias avançadas e garantir a segurança e interoperabilidade dos dados. O texto, em análise na Câmara dos Deputados, insere essas medidas na Lei de Acesso à Informação.

Ataques cibernéticos Segundo o autor do projeto, deputado Caio Vianna (PSD-RJ), a gestão atual dos dados públicos é feita por meio de serviços centralizados, enfrentando desafios como vazamentos, ataques cibernéticos e problemas técnicos, o que coloca a segurança dos dados em risco. Em 2021, o governo brasileiro enfrentou quase cinco mil incidentes cibernéticos.

Caio Vianna considera crucial explorar soluções inovadoras que garantam a segurança, imutabilidade e permanência dos dados, independentemente de quem os gerencie. Nesse cenário, a tecnologia blockchain se destaca como uma solução eficaz, assegurando que os dados em uma rede distribuída e descentralizada sejam mantidos seguros e potencialmente imutáveis.

O deputado citou o exemplo do bConnect, uma rede blockchain desenvolvida para a Receita Federal pelo Serpro, empresa de tecnologia da informação do governo federal.

Tramitação A proposta será analisada em caráter conclusivo pelas comissões de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para se tornar lei, o texto precisa ser aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor

Marcos Henrique
Comercial

www.diariodenoticias.com.br
site

Amaury Marques
Administração

Elaine Fernandes
Financeiro

Valter Lana
Editor responsável

redacao@diariodenoticias.com.br
e-mail

Contato: 55 11 5584-0035
marcio@diariodenoticias.com.br

Periodicidade: DIÁRIA

AMS EDITORA LTDA
Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B
Jd. Paulista - Cep. 01407-200
CNPJ nº 00.559.976/0001-07
São Paulo - SP

Administração:
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81
Cidade Monções - Cep. 04576-060
São Paulo - SP

Auditado e Certificado



AUTENTICIDADE DA PÁGINA
Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.



Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Alexandre de Moraes ordena suspensão imediata do X no Brasil

O ministro do STF Alexandre de Moraes determinou na noite de quarta-feira (18) que a rede social X suspenda imediatamente o uso de novos acessos pelos servidores de internet CDN, Cloudflare, Fastly e Edgeuno e outros semelhantes, criados para burlar a decisão judicial de bloqueio da plataforma em território nacional, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 5 milhões ao X Brasil e ao Twitter.

A determinação de manter a suspensão da rede social ocorre após a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) notificar quarta-feira a manobra que atualizou o aplicativo da plataforma X, ocorrida nas últimas 24 horas, o que possibilitou o amplo acesso dos usuários aos serviços da plataforma no país, burlando o bloqueio determinado pela justiça brasileira.

“Não há, portanto, dúvidas de que a plataforma X – sob o comando direto de Elon Musk [proprietário do X] –, novamente, pretende desrespeitar o Poder Judiciário brasileiro, pois a Anatel identificou a estratégia utilizada para desobedecer a ordem judicial proferida nos autos, inclusive com a sugestão das providências a serem adotadas para a manutenção da suspensão”, escreveu o ministro Alexandre de Moraes na decisão.

(Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil)



Em sua decisão, o ministro Alexandre de Moraes estipulou o prazo de 24 horas para que a Anatel comunique ao STF quais providências foram adotadas e que medidas foram implementadas para cumprimento da decisão de bloqueio do X no país.

Adicionalmente, o ministro ordenou que a Anatel adote, imediatamente, todas as providências necessárias à manutenção da suspensão do funcionamento do X Brasil em território nacional, determinada pela Primeira Turma da Corte. A Anatel deve, inclusive, suspender os novos acessos pelos servidores de internet identificados.

Em sua decisão, o ministro Alexandre de Moraes estipulou o prazo de 24 horas para que a Anatel comunique ao STF quais providências foram adotadas e que medidas foram implementadas para cumprimento da decisão de bloqueio do X no país.

Anatel: X demonstra intenção deliberada de descumprir ordem do STF

(Foto: André Luís Pires de Carvalho)



Agência identificou mecanismo que possibilitou acesso à rede.

A Anatel identificou o mecanismo que possibilitou o acesso à rede social X, durante a quarta-feira (18).

“Com o apoio ativo das prestadoras de telecomunicações e da empresa Cloudfare, foi possível identificar mecanismo que, espera-se, assegure o cumprimento da determinação, com o restabelecimento do bloqueio”, informou a Anatel em nota divulgada ontem (19).

O acesso foi possível após uma atualização operacional realizada pela rede social que trocou o endereço eletrônico que foi bloqueado e passou a hospedá-lo nos servidores da Cloudflare, empresa norte-americana especializada na segurança de sites. Com isso, os mecanismos adotados para o bloqueio da rede social não conseguiram impedir o acesso. A rede está suspensa desde o início deste mês por determinação do ministro do STF Alexandre de Moraes.

No entanto, na manhã de quarta, usuários relataram ter conseguido acessar a plataforma de forma livre, sem acesso por meio de aplicativos de Virtual Private Network (VPN), mecanismo usado para burlar a suspensão. A Anatel disse que, com a identificação, espera assegurar o cumprimento da decisão judicial.

A Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint) informou em nota, nessa quarta, que a rede X trocou o endereço eletrônico que foi bloqueado e passou a hospedá-lo nos servidores da Cloudflare, empresa norte-americana especializada na segurança de sites.

“Diferente do sistema anterior, que utilizava IPs específicos e passíveis de bloqueio, a nova estrutura baseada no Cloudflare compartilha IPs com outros serviços legítimos, como bancos e grandes plataformas de internet”, disse a Abrint.

Segundo a Anatel, a medida foi tomada com objetivo de burlar a suspensão determinada pela Justiça. “A conduta da rede X demonstra intenção deliberada de descumprir a ordem do STF. Eventuais novas tentativas de burla ao bloqueio merecerão da Agência as providências cabíveis”, diz a nota da Anatel.

Ministro garante que não faltarão recursos contra seca e queimadas

O governo federal vai garantir todos os recursos financeiros necessários para o combate aos incêndios e à estiagem que atinge quase todos os estados, afirmou ontem (19) o ministro da Integração e Desenvolvimento Regional, Waldez Góes.

Em entrevista ao Bom Dia, Ministro, produzido pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Goés disse que o governo está com liberdade para apoiar estados, Distrito Federal e municípios porque as despesas para combater os efeitos da emergência climática e ambiental foram excluídas do atual teto de gastos.

“Esses recursos inicialmente são para a Amazônia e o Pantanal. Terá uma outra MP [medida provisória] para as outras regiões, e não foi a primeira e nem será a última. Quanto à necessidade para o Amazonas e a Amazônia de recursos orçamentários financeiros para responder ao problema de estiagem e atender às pessoas, o presidente Lula está garantindo”, destacou.

(Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil)



Despesas emergenciais foram retiradas do teto de gastos.

Nesta semana, o governo anunciou R$ 514 milhões de crédito extraordinário para combater os incêndios florestais e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, autorizou a União a emitir créditos fora dos limites fiscais estabelecidos pelo teto de gastos.

O ministro Valdez Góes lembrou que é preciso que os estados e municípios aprovem planos de ação para que tenham acesso aos recursos.

TSE e governo proíbem PRF de barrar eleitores nos dois turnos das eleições de 2024

A presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia, e o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, assinaram ontem, 19, hoje uma portaria conjunta que proíbe a PRF de realizar blitze nos dias 6 e 27 de outubro, datas do primeiro e segundo turno das eleições municipais.

No segundo turno das eleições de 2022, a PRF concentrou abordagens em rodovias do Nordeste, reduto eleitoral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O então diretor-geral da PRF, Silvinei Vasques, ficou preso preventivamente por quase um ano sob suspeita de interferência no pleito.

A portaria diz que o patrulhamento da PRF nas eleições não pode impedir a livre circulação de eleitores e veda o bloqueio de rodovias “para fins meramente administrativos ou para apuração de descumprimento de obrigação veicular”. A abordagem somente poderá ser feita quando houver risco comprovado de infração de trânsito que coloque pessoas em risco.

“Em qualquer hipótese que não o flagrante desrespeito às regras de segurança no trânsito ou de prática de crime, eventual necessidade de bloqueio de rodovias federais, nos dias 6 e 27 de outubro de 2024, deverá ser comunicada à presidência do respectivo TRE em tempo hábil, acompanhada da justificativa da escolha do local e da finalidade do bloqueio, com a indicação de rotas alternativas garantidoras da livre locomoção das pessoas”, diz a norma.

Moraes: X indicou representantes no Brasil, mas não enviou documentos comprobatórios

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), confirmou em decisão proferida ontem, 19, que o X informou à Corte a indicação de dois representantes legais da plataforma no Brasil. Ele ressaltou, contudo, que o X não comprovou a validade da representação legal e intimou os advogados a apresentarem, em até 24 horas, os documentos adequados para essa indicação.

“Não há qualquer prova da regularidade da representação da X Brasil em território brasileiro, bem como na licitude da constituição de novos advogados”, pontuou Moraes na decisão.

A falta de representação legal no Brasil foi o motivo que levou à suspensão do X, em 30 de agosto.

Mais cedo, Moraes multou o X e a Starlink, ambas do empresário Elon Musk, em R$ 5 milhões por dia por burlar a suspensão da rede social no Brasil.

Na quarta-feira, a plataforma voltou a ficar acessível para parte dos usuários e a Anatel noticiou uma atualização do aplicativo que possibilitou o acesso.

Em evento com Anielle Franco, Lula apresenta nova ministra dos Direitos Humanos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez uma apresentação da nova ministra dos Direitos Humanos, Macaé Evaristo, em evento no Maranhão que contou com a presença da ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco. A chefe da pasta ocupou o lugar deixado pela demissão de Silvio Almeida, após denúncias contra ele de assédio sexual. Entre as supostas vítimas de assédio, estaria Anielle.

“Quero dizer a vocês que nós temos uma nova ministra dos Direitos Humanos. Quero apresentar a vocês a querida companheira mineira Macaé, professora, vereadora, deputada estadual, secretária de Educação da Prefeitura de Belo Horizonte”, disse Lula durante cerimônia de assinatura do Termo de Conciliação, Compromissos e Reconhecimentos Recíprocos, relativo ao Acordo de Alcântara, nesta quinta-feira, 19, na cidade de Alcântara, no Maranhão.

“Eu tirei ela Macaé agora do conforto da Assembleia Legislativa de Minas Gerais para descascar essa batata fria que é ser ministra dos Direitos Humanos”, completou o presidente ao lado da ministra. “Obrigada, Macaé.” A nova ministra já havia participado de outros eventos do governo federal desde que assumiu o cargo.

A escolha de Macaé foi uma forma de encerrar o assunto das acusações de assédio sexual contra o então ministro Silvio Almeida. Pôr uma mulher negra no cargo é uma resposta ao desgaste sofrido pela gestão Lula naqueles dias por causa das acusações. Além disso, a escolha de Macaé reduz as cobranças sobre o petista por falta de mulheres no primeiro escalão.

Pesquisa Quaest: Marçal recua entre eleitores de Bolsonaro, evangélicos e homens

A pesquisa Quaest divulgada ontem, 19, sobre a intenção de voto do eleitor paulistano para a Prefeitura de São Paulo mostrou que influenciador Pablo Marçal (PRTB) passou de 23% na última rodada, no dia 11, para 20% agora. Apesar da mudança numérica, as menções a ele oscilaram dentro da margem de erro do levantamento, de três pontos porcentuais, e o ex-coach permanece tecnicamente empatado com o prefeito Ricardo Nunes (MDB) e o deputado Guilherme Boulos (PSOL), que tem 24% e 23%, respectivamente.

Apesar da variação dentro da margem de erro no cenário principal de intenções de voto, ex-coach teve recuo nos segmentos em que possuía maior vantagem sobre os concorrentes: entre os homens e os que se declaram evangélicos.

A pesquisa Quaest entrevistou 1.200 eleitores de 16 anos ou mais em São Paulo (SP) entre os dias 15 e 17 de setembro. O nível de confiança é de 95% e o levantamento foi registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com o código SP-00281/2024.

Entre o eleitorado masculino, Marçal marcava 31% das intenções de voto, ante 21% dos dois principais concorrentes: o atual prefeito Ricardo Nunes (MDB) e o deputado federal Guilherme Boulos (PSOL). Uma semana depois, e após o episódio em que José Luiz Datena (PSDB) deu uma cadeirada em Marçal, durante o debate realizado pela TV Cultura no último domingo, 15, o ex-coach marcou 25%, caindo seis pontos porcentuais no segmento - que tem margem de erro de quatro pontos. Boulos aparece com 24% e Nunes com 21% de intenção de voto dos homens.

Entre o segmento religioso, especificamente os que se declaram evangélicos, em que Marçal tinha a liderança com 37% há uma semana, agora aparece com 29% - uma queda de oito pontos -, atrás de Nunes, que tinha 26%, e agora tem 30%. A margem de erro para esse estrato da pesquisa é de seis pontos porcentuais. Na última quinta-feira, 12, um dia após a divulgação da Quaest anterior, o pastor Silas Malafaia intensificou os ataques ao ex-coach visando tirar dele votos dos evangélicos. “Minha questão é desmascarar o falsário do Marçal”, afirmou à Coluna do Estadão.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

ECONOMIA

EDIÇÃO NACIONAL

Bolsas da Europa avançam com expectativa de ciclo sustentado de afrouxamento pelo Fed

As bolsas da Europa fecharam em alta firme ontem, 19, embaladas pela expectativa de que o Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) iniciou na quarta-feira um ciclo sustentado de cortes de juros nos Estados Unidos. A Bolsa de Londres perdeu algum fôlego após o Banco da Inglaterra (BoE, na sigla em inglês) manter a taxa básica em 5%, como esperado pelo mercado, mas sustentou alta. O FTSE 100 subiu 0,91%, aos 8.328,72 pontos.

Em Paris, o CAC 40, subiu 2,29%, encerrando em 7.615,41 pontos. Já o DAX, referência em Frankfurt, teve ganhos de 1,54%, a 19 000,25 pontos, renovando máxima histórica de fechamento. O índice também registrou máxima intradiária, aos 19.044,96 pontos As cotações são preliminares.

A reação das bolsas europeias à decisão de política monetária do Fed foi amplamente positiva, na medida em que fez agentes do mercado vislumbrarem um afrouxamento considerável à frente. Londres teve os ganhos limitados pela decisão do BoE que, apesar de precificada, sustenta a libra e pressiona as ações no curto prazo, segundo a ADSS.

Entre os destaques do dia, a ação da Ocado saltou 2,77%, após a empresa elevar o guidance de vendas da sua divisão varejista. E os papéis ligados a commodities apontaram para cima, entre eles Rio Tinto (+3,06%).

As ações de luxo também ganharam impulso. "Taxas de juros mais baixas são boas para os mercados, ações e imóveis, e isso afeta a riqueza e o sentimento do consumidor de luxo", diz a analista da Morningstar Jelena Sokolova. As ações da LVMH Moet Hennessy Louis Vuitton subiram 3,04%, enquanto a proprietária da Gucci, Kering, avançou 2,64%.

Em Madri, o Ibex 35 subiu 0,80%, para os 11.808,20 pontos. O FTSE MIB, de Milão, fechou em alta de 1,16%, a 34.044,86 pontos. Já o PSI 20, de Lisboa, recuou 0,51%, aos 6.720,43 pontos. As cotações são preliminares.

Desonerações somam R$ 10,181 bi em agosto e R$ 82,529 bi no acumulado de 2024

As desonerações concedidas pelo governo resultaram em uma renúncia fiscal total de R$ 10,181 bilhões em agosto de 2024, valor menor do que o registrado no mesmo mês de 2023, quando ficaram em R$ 12,492 bilhões, a preços correntes, conforme a Receita.

No acumulado dos oito primeiros meses de 2024, as desonerações totalizaram R$ 82,529 bilhões, volume inferior ao registrado no mesmo período do ano passado (R$ 99,888 bilhões, a preços correntes).

O resultado reflete a retomada da tributação sobre combustíveis, feita ao longo de 2023.

Em janeiro, o governo retomou a cobrança integral do PIS/Cofins sobre o diesel, que havia sido zerado em 2021, com retomada parcial em setembro de 2023.

Já a desoneração da folha de pagamento resultou em uma renúncia de R$ 1,876 bilhão em agosto e de R$ 14,119 bilhões no acumulado do ano. No mesmo mês de 2023, essa renúncia foi de R$ 775 milhões e chegou a R$ 6,147 bilhões no acumulado de oito meses de 2023, a preços correntes.

(Foto: EBC)



As desonerações concedidas pelo governo resultaram em uma renúncia fiscal total de R$ 10,181 bilhões em agosto.

Esse é um tema sensível ao governo, que vetou integralmente a prorrogação da política de desoneração da folha de pagamentos de 17 setores econômicos, e apresentou uma medida provisória com uma proposta de reoneração gradual.

Após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que cobrava uma medida de compensação para a benesse, o Legislativo avançou numa proposta, que foi sancionada nesta semana pelo presidente Lula. Adotada desde 2011, a desoneração da folha de pagamentos é um benefício fiscal que substitui a contribuição previdenciária patronal de 20%, incidente sobre a folha de salários por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, a depender do setor produtivo.

Arrecadação soma R$ 201,622 bi e tem melhor resultado em termos reais da série para agosto

A arrecadação de impostos e contribuições federais somou R$ 201,622 bilhões em agosto de 2024, uma alta real (descontada a inflação) de 11,95% na comparação com o resultado de agosto de 2023, quando o recolhimento de tributos somou R$ 172,785 bilhões, a preços correntes. Em relação a julho, quando o montante foi de R$ 230,998 bilhões, a arrecadação caiu 12,72%, em termos reais.

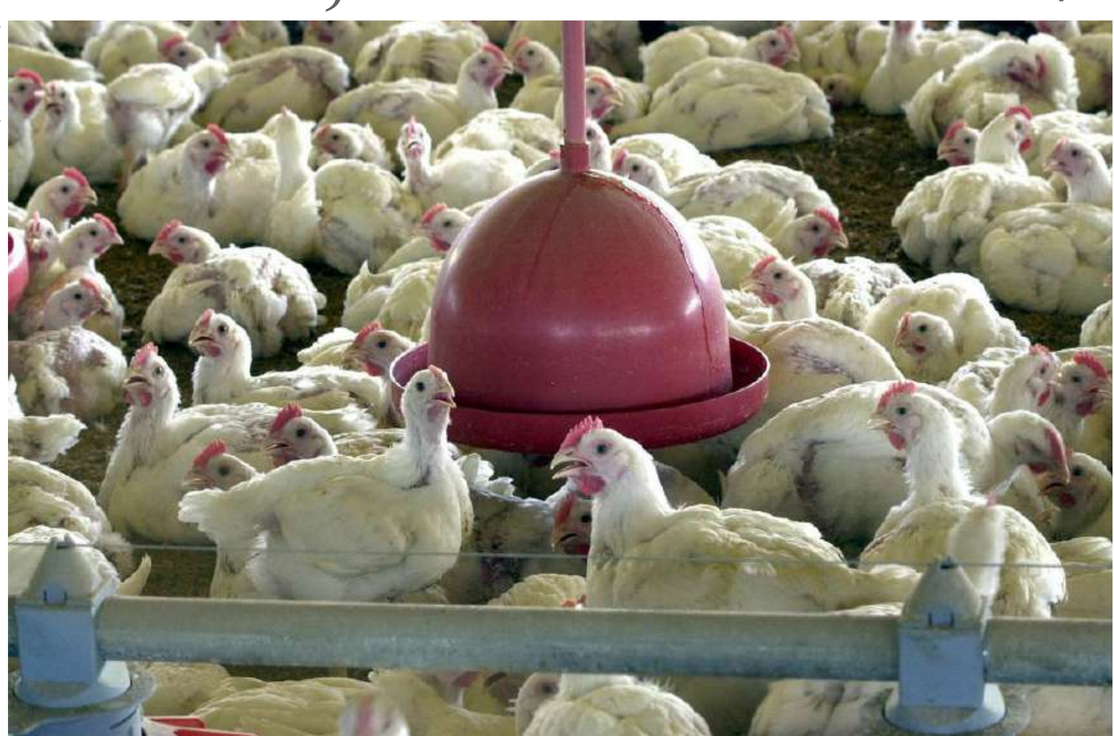
De acordo com a Receita, o resultado de agosto de 2024, em termos reais, é o melhor para o mês na série histórica, iniciada em 1995.

O resultado das receitas veio em linha com a mediana das estimativas das instituições do mercado financeiro ouvidas pelo Projeções Broadcast, que apontava que a arrecadação do mês seria de R$ 201,200 bilhões. O intervalo das previsões ia de R$ 193,100 bilhões a R$ 246,115 bilhões.

O Fisco destacou que o resultado de agosto foi influenciado pelo comportamento dos principais indicadores macroeconômicos que afetam a arrecadação; melhora no desempenho da arrecadação do PIS/Cofins em razão, entre outros aspectos, do retorno da tributação incidente sobre os combustíveis e o desempenho dos tributos do comércio exterior em função do aumento do volume das importações, alíquotas médias e taxa de câmbio.

Valor de produção da pecuária tem recorde, com marca de R$ 122 bi

(Foto: EBC)



O valor de produção na Pesquisa da Pecuária Municipal - PPM 2023 atingiu novo recorde ao chegar à marca de R$ 122,4 bilhões, alta de 5,4% em relação ao ano anterior. Os produtos de origem animal da pesquisa atingiram R$ 112,3 bilhões, alta de 4,5% em relação a 2022, e os itens da aquicultura foram responsáveis por R$ 10,2 bilhões, aumento de 16,7%. Os dados foram divulgados ontem (19) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Apesar do crescimento no valor de produção total ser positivo, a marca de 5,4% a mais que o ano anterior é o menor acréscimo percentual dos últimos cinco anos. O principal item a elevar o valor de produção em 2023 foi "ovos de galinha", com alta de 17,3% e total de R$ 30,4 bilhões (R$ 4,5 bilhões a mais que no ano anterior). A aquicultura também teve significativo acréscimo, totalizando R$ 1,4 bilhão a mais em relação ao ano de 2022.

O ano de 2023 foi marcado por exportações recordes de carnes in natura bovina, de frango e suína, segundo resultados da Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. O principal destino da carne bovina foi a China, que adquiriu 59,6% de toda carne in natura exportada. Entretanto, o volume foi 3,4% menor quando comparado com 2022. Já no mercado leiteiro, houve alta na importação do produto que, aliado à demanda interna mais baixa, causou uma redução no preço médio pago ao produtor. Foram importadas 199,2 mil toneladas de leite, alta de 87% em relação ao ano de 2022. Essa entrada maciça do produto, aliada à fraca demanda interna, forçou a redução do preço interno do leite que passou de R$ 2,31/litro, em 2022, para R$ 2,27/litro, em 2023.

A pecuária bovina brasileira entrou em um novo ciclo de seu processo produtivo. A tendência dos últimos anos de retenção de fêmeas para reprodução e consequente venda de bezerros e/ou aumento de rebanho tem mostrado arrefecimento.

CVM faz parceria com CDP para acelerar conformidade de relatórios ambientais por empresas

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o CDP - organização sem fins lucrativos que administra um sistema mundial de divulgação ambiental para empresas e entes públicos - fecharam um acordo para agilizar os relatórios ambientais corporativos no Brasil. As empresas que já divulgam dados climáticos por meio do CDP terão suas informações alinhadas ao IFRS S2 automaticamente reconhecidas pela CVM.

A expectativa é que a parceria simplifique o cumprimento, pelas empresas brasileiras, das normas relacionadas a relatórios de sustentabilidade, que estabelecem os padrões de divulgação climática do ISSB (International Sustainability Standards Board).

A adoção desses padrões no Brasil foi instituída pela Resolução CVM 193, editada em 2023, que determina a obrigatoriedade de divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, para as companhias abertas, a partir dos exercícios sociais iniciados em 1º de janeiro de 2026.

O CDP fornecerá à CVM dados climáticos de aproximadamente 1.100 empresas brasileiras, incluindo companhias que representam 86% do mercado de capitais do país. Os dados, alinhados ao padrão climático do ISSB (IFRS S2), serão usados para facilitar o cumprimento da nova estrutura de divulgação obrigatória do Brasil.

"Será um primeiro caso de dados divulgados ao CDP sendo enviados diretamente a um regulador, apoiando o monitoramento dos desafios e efeitos na adoção das regras, bem como a construção de conhecimento para a atividade de supervisão da autarquia", disse a reguladora em nota.

Cade pauta Minerva-Marfig para sessão de julgamentos da próxima quarta-feira

O tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) pautou para a sessão da próxima quarta-feira, 25, o julgamento da venda de ativos da Marfrig para a Minerva. Em agosto, após a Superintendência Geral (SG) do órgão recomendar o aval à operação condicionado a um acordo, o conselho prorrogou em 90 dias o prazo para analisar o processo.

Como adiantou o Estadão/Broadcast, entretanto, o Cade decidiu não usar esse período integralmente, que, se usufruído, jogaria o julgamento para o último trimestre do ano. A tendência mais forte é de que o tribunal acompanhe a sugestão da SG com validação da transação, desde que aplicados alguns "remédios".

A operação, anunciada em agosto de 2023, envolve 16 ativos pelo valor de R$ 7,5 bilhões. São 11 plantas de bovinos no Brasil, uma unidade industrial na Argentina e outras três no Uruguai, além de uma planta de cordeiros no Chile e um Centro de Distribuição no Brasil.

TCU aprova relatório com alerta sobre risco de descumprimento de meta fiscal de 2024

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou, quarta-feira, 18, um relatório com alerta para o governo federal sobre o risco de descumprimento da meta de resultado primário de 2024, a partir da arrecadação proveniente de disputas no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

O documento aponta que a arrecadação até 6 de agosto de 2024 foi de apenas R$ 83,35 milhões ou 0,22% da estimativa prevista para o ano.

"Em razão do volume de recursos inseridos na estimativa de receita primária a título do voto de qualidade do Carf, da baixa arrecadação dessa receita até 6/8/2024, da sensibilidade da receita às premissas quanto à adesão dos contribuintes ao parcelamento e, ainda, do espaço fiscal limitado para cumprimento do limite inferior do resultado primário nas estimativas do RARDP do 3º bimestre de 2024, torna-se imperativa uma reavaliação dessa receita pelo Executivo", aponta o relatório. O retorno do voto de qualidade no Carf levou à inclusão inicial de receita de R$ 54,7 bilhões no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2024. Houve revisão para baixo na avaliação bimestral.

No Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP) do 3º bimestre de 2024, a estimativa de arrecadação estava em R$ 37,71 bilhões.

As estimativas de receita primária, incorporado recursos via litígios administrativos, é uma das principais frentes prevista para meta de zerar o déficit nas contas públicas, ou ficar na banda entre -0,25% e superávit de 0,25%.

O documento ressalta que a Instituição Fiscal Independente (IFI), em seu Relatório de Acompanhamento Fiscal, de agosto, considera a possibilidade de serem arrecadados R$ 3,8 bilhões no período entre julho e dezembro de 2024.

Sistema de Valores a Receber do BC tem R$ 2,52 bilhões de pessoas falecidas

O Sistema de Valores a Receber do Banco Central possui atualmente R$ 2.523.369.595,70 em valores de titularidade de mais de 4,59 milhões de pessoas falecidas, informou o BC ao Estadão.

Pelo sistema, o herdeiro, inventariante, testamentário ou representante legal pode consultar os valores.

Como consultar?

Para saber se há dinheiro esquecido em banco ou em outra instituição financeira de pessoa falecida é necessário acessar o site valoresareceber.bcb.gov.br/publico e informar o CPF e data de nascimento da pessoa falecida.

Caso haja valores esquecidos, o herdeiro, inventariante, testamentário ou representante legal pode clicar em "Acessar o SVR".

Como acessar?

Para acessar o SVR, o solicitante deve logar na conta gov.br, com nível de acesso ouro ou prata. Atenção: nesta etapa os dados são do herdeiro, inventariante, testamentário ou representante legal, não da pessoa falecida.

Após entrar no sistema, o solicitante verá duas opções: "meus valores a receber" e "valores para pessoas falecidas".

Nesse caso, deve escolher a segunda opção. Então, deverá preencher os dados da pessoa falecida, CPF e data de nascimento.

Termo de responsabilidade - O próximo passo é a ler e assinar para concordar com o termo de responsabilidade de acesso a dados de terceiro, confirmando que está autorizado a fazer essa consulta por ser herdeiro, testamentário, inventariante ou representante legal da pessoa falecida. Só pessoas nessas condições estão autorizadas a realizar o resgate dos valores.

Como resgatar?

Depois, será possível conferir os dados dos valores. Nesta página, é possível ver a faixa de valores disponíveis, as instituições, origem do valor e dados de contato.

Para solicitar o resgate, o solicitante deve entrar em contato diretamente com as empresas presentes na lista. Não é possível ver o valor exato disponível, mas as quatro faixas: de R$ 0,01 a R$ 10, de R$ 10,01 a R$ 100, de R$ 100,01 a R$ 1.000, e acima de R$ 1.000,01.

As informações e documentações necessárias para resgatar os valores devem ser consultadas com a instituição. O prazo para devolução também depende do que ficou combinado com a instituição financeira, informa o BC.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

INTERNACIONAL

EDIÇÃO NACIONAL

Israel lança ataques aéreos contra alvos do Hezbollah no Líbano

Israel lançou uma onda de ataques aéreos contra alvos do Hezbollah no Líbano, ontem, 19, enquanto o líder do grupo militante disse que dois dias de ataques contra seus membros equivaliam a uma declaração de guerra.

Os ataques ocorreram momentos antes do líder do Hezbollah, Hassan Nasrallah, começar a falar sobre os ataques no início desta semana que fizeram com que pagers e walkie-talkies carregados por milhares de membros do grupo explodissem, matando 37 pessoas e ferindo quase 3 mil. "Este ato criminoso é uma grande operação terrorista e equivale a uma declaração de guerra", disse Nasrallah, prometendo retribuição, mas também reconhecendo que as explosões dos dispositivos deram ao grupo "um golpe duro e severo".

Enquanto ele falava, um par de estrondos sônicos ecoou por Beirute, que a agência de notícias oficial do Líbano atribuiu a aviões de guerra israelenses. Nasrallah reiterou na quinta-feira que o grupo não pararia de atacar Israel até que a guerra em Gaza terminasse. As tensões na fronteira israelense-libanesa aumentaram, com trocas de tiros mais pesadas e operações israelenses mais agressivas. O governo de Israel está sob pressão para proteger suas cidades do norte e permitir que os moradores evacuados retornem para suas casas. Dezenas de milhares de moradores foram transferidos de ambos os lados da fronteira devido aos combates.

Israel declara 'nova fase' de guerra, com foco no Hezbollah - O ministro da defesa de Israel, Yoav Gallant, declarou o início de uma "nova fase" da guerra, enquanto Israel volta seu foco para a frente norte contra o Hezbollah no Líbano. Duas ondas de ataques explosivos atingiram a Síria e o Líbano: um aparente ataque israelense visando pagers usados pelo Hezbollah que matou pelo menos 12 e feriu quase 3 mil na terça-feira, 17, além da explosão de walkie-talkies e outros eletrônicos na quarta-feira, 18 em todo o Líbano que matou pelo menos 20 pessoas e feriu outras 450.

(Foto: EBC)



Os ataques ocorreram momentos antes do líder do Hezbollah, Hassan Nasrallah, começar a falar sobre os ataques israelenses no início desta semana.

Hezbollah contava vítimas de pagers quando foi alvo de walkie-talkies-bomba; 20 morrem

O grupo radical xiita Hezbollah foi atingido nesta quarta-feira, 18, por outra onda de explosões em dispositivos de comunicação, no mesmo dia em que Israel sinalizou que estava caminhando para uma ação militar mais agressiva contra os militantes libaneses.

Na ação de ontem, walkie-talkies usados pelo grupo explodiram em casas, carros e nas mãos de pessoas pelo país, deixando 20 mortos e mais de 450 feridos. Um dia antes, milhares de pagers de membros do Hezbollah explodiram quase simultaneamente, ferindo mais de 2,8 mil pessoas e matando 12.

Os ataques desferiram um duro golpe contra o Hezbollah - uma importante força política no Líbano apoiada pelo Irã - e abalaram o país. Nos subúrbios de Beirute, houve pânico durante o funeral de dois combatentes, um paramédico e uma criança mortos nos ataques com pager.

Na cena caótica, houve uma explosão com muita fumaça e corre-corre. Aos gritos, os participantes foram orientados a retirar as baterias de seus telefones.

O Hezbollah, bem como oficiais dos EUA, disse que o serviço secreto de Israel, o Mossad, estava por trás dos ataques.

As explosões aumentaram os temores de uma guerra maior. O Hezbollah tem disparado milhares de mísseis e drones contra o território israelense desde outubro em solidariedade ao Hamas, grupo terrorista com quem Israel está em guerra em Gaza desde os ataques de 7 de outubro.

Chefe do Hezbollah diz que Israel cruzou 'linha vermelha' com ataque em pagers

O líder do grupo xiita Hezbollah, Hassan Nasrallah, disse que o ataque de Israel aos pagers do grupo foi um "golpe severo" que cruzou uma "linha vermelha" e prometeu uma retaliação contra o país.

Em discurso televisionado ontem, 19, o chefe do grupo disse que continuará a fazer os ataques diários no norte de Israel e que os israelenses não serão capazes de retornar para as suas casas "até que a guerra de Gaza termine". "O inimigo enfrentará uma punição severa e justa de onde eles esperam e não esperam", pontuou. Enquanto Nasrallah discursava, o Hezbollah e os militares israelenses trocavam ataques na fronteira e ao menos dois soldados de Israel foram mortos. Aviões de guerra israelenses também voaram baixo sobre Beirute. Fonte: Associated Press

Portugal declara estado de calamidade por conta de incêndios florestais

(Foto: EBC)



O primeiro-ministro português, Luís Montenegro, declarou estado de calamidade nas áreas mais atingidas na noite de terça-feira, invocando poderes para mobilizar mais bombeiros e servidores civis.

Mais de 100 incêndios florestais sobrecarregaram milhares de bombeiros no norte de Portugal na quarta-feira, 18, com sete mortes desde que o pior surto de incêndios em anos saiu de controle no final de semana.

O primeiro-ministro português, Luís Montenegro, declarou estado de calamidade nas áreas mais atingidas na noite de terça-feira, invocando poderes para mobilizar mais bombeiros e servidores civis. Ele também pediu que os investigadores da polícia intensificassem os esforços para encontrar os responsáveis por iniciar os incêndios e prometeu ajudar aqueles que perderam suas casas ou foram evacuados.

"Estamos bem cientes de que essas horas difíceis ainda não terminaram", disse Montenegro à nação em um discurso televisionado. "Temos que continuar a dar tudo o que temos e pedir ajuda aos nossos parceiros e amigos para reforçarmos a proteção do nosso povo e das nossas propriedades."

O serviço de satélites europeu Copernicus disse que mais de 15 mil hectares foram queimados e 13 quilômetros de frente de fogo foram detectados até a noite de terça-feira. O serviço acrescentou que uma área com cerca de 210 mil pessoas estava exposta ao risco de incêndio.

Após bloqueio do x no Brasil, casa Branca diz que todos devem ter acesso às redes sociais

Ao comentar sobre a suspensão do X (antigo Twitter) no Brasil, a Casa Branca afirmou na última terça-feira, 17, que todas as pessoas devem ter acesso às redes sociais. Segundo o governo dos Estados Unidos, o uso das plataformas é uma "forma de liberdade de expressão".

A declaração foi feita pela porta-voz do governo dos Estados Unidos, Karine Jean-Pierre, após uma pergunta da jornalista da TV Globo Raquel Krähenbühl. Karine foi questionada sobre qual seria a posição da Casa Branca em relação ao conflito entre o bilionário Elon Musk, dono do X, e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, que culminou na suspensão da rede social no dia 30 de agosto.

"Quando se trata de mídia social, somos muito claros: pensamos que as pessoas devem ter acesso às redes sociais. É uma forma de liberdade de expressão", afirmou a porta-voz da Casa Branca.

Essa não é a primeira vez que os Estados Unidos se posicionam sobre a crise entre Moraes e Musk. Quando a rede social foi suspensa, a embaixada americana no Brasil afirmou em comunicado que a "liberdade de expressão é um pilar fundamental em uma democracia saudável".

Nos EUA, Kamala Harris lidera em três Estados-pêndulos após debate, diz pesquisa

Uma semana após o debate entre os dois candidatos à presidência dos Estados Unidos, a democrata Kamala Harris lidera as intenções de voto contra o republicano Donald Trump em três Estados-pêndulos, os "swing states" - Pensilvânia, Michigan e Wisconsin, mostra pesquisa conduzida pela Quinnipiac University, de Connecticut.

Na Pensilvânia, Harris aparecia com 51% das intenções de votos, contra 45% de Trump. E em Michigan, a liderança da democrata era de 50% contra 45% para o republicano. Já em Wisconsin, a disputa parecia ainda mais apertada, com Harris liderando por 48% contra 47% de Trump. Os candidatos democratas ao Senado lideram nos três Estados.

Perguntados sobre qual eventual presidente desempenharia um papel melhor em temas atualmente sensíveis, os eleitores dos três estados afirmam que Trump lidaria melhor com questões de economia e imigração, enquanto Harris se destacaria nos temas de preservação da democracia americana, aborto e em "uma possível crise que colocasse os EUA em grande perigo".

A pesquisa feita por telefone, entre 12 e 16 de setembro, ouviu 1.331 prováveis eleitores na Pensilvânia, 905 em Michigan e 1.075 em Wisconsin.

(Foto: Divulgação)



Mulher é salva após ficar duas horas enrolada por cobra de 4 metros na Tailândia

Uma mulher de 64 anos estava se preparando para lavar a louça em sua casa nos arredores de Bangkok, na Tailândia, quando sentiu uma dor aguda na coxa, olhou para baixo e viu uma enorme píton a segurando. "Eu estava prestes a pegar um pouco de água e, quando me sentei, ela me mordeu imediatamente", disse Arom Arunroj ao jornal tailandês Thairath.

"Quando olhei, vi a cobra se enrolando em mim." A píton, de quatro a cinco metros de comprimento, enrolou-se ao redor de seu torso, apertando-a no chão da cozinha. "Eu a agarrei pela cabeça, mas ela não me soltava", disse Arom. "Ela apenas apertava mais."

Pítons são constritoras não venenosas, que matam suas presas gradualmente ao apertar até sufocá-las. Encostada contra a porta da cozinha, Arom gritou por socorro, mas só foi quando um vizinho passou por perto cerca de uma hora e meia depois e ouviu seus gritos que as autoridades foram chamadas.

O policial Anusorn Wongmalee disse à Associated Press na quinta-feira, 19, que, ao chegar, a mulher ainda estava encostada na porta, parecendo exausta e pálida, com a cobra enrolada em seu corpo. Policiais e agentes de controle animal usaram um pé de cabra para bater na cabeça da cobra até que ela soltasse Arom e deslizasse para longe, antes de ser capturada.

No total, Arom passou cerca de duas horas na noite de terça-feira, 17, dominada pela píton antes de ser libertada. Ela foi tratada para várias mordidas, mas aparentava estar ilesa em vídeos dela conversando com a mídia tailandesa logo após o incidente.

Encontros com cobras não são incomuns na Tailândia, e no ano passado 26 pessoas foram mortas por mordidas de cobras venenosas, de acordo com estatísticas do governo. Um total de 12 mil pessoas foram tratadas por mordidas de cobras e outros animais em 2023. A píton reticulada é a maior cobra encontrada na Tailândia e geralmente varia de 1,5 metros a 6,5 metros de comprimento, pesando até cerca de 75 quilos. Já foram encontradas pítons com até 10 metros de comprimento e 130 quilos. As pítons menores se alimentam de pequenos mamíferos, como ratos, mas as maiores passam a caçar presas como porcos, veados e até cães e gatos domésticos. Ataques a humanos são raros, mas ocasionalmente ocorrem.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

GERAL

EDIÇÃO NACIONAL

Fnac foi sancionado como aprovado pelo Congresso, diz ministro do Turismo

O ministro do Turismo, Celso Sabino, disse, quarta-feira, que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou sem vetos o uso do Fundo Nacional de Aviação Civil para financiar aquisição de aeronaves pelas companhias aéreas, entre outras finalidades. Ele deu a declaração a jornalistas depois da cerimônia de sanção das alterações na Lei Geral do Turismo, que contém as medidas sobre o fundo. "A utilização do Fnac da forma como veio na lei foi 100% sancionado, utilização para subsidiar querosene de aviação na Amazônia Legal, aquisição de aeronaves, financiamento das companhias aéreas nacionais, foi 100% sancionado", disse o ministro.

Sabino afirmou que trecho sobre responsabilização de agências de viagens e hotéis nas relações de consumo será rediscutido ou seja, regras sobre esse tema foram vetados e terão nova negociação com o Congresso.

"O que ficou para uma análise posterior do governo foi a questão das responsabilidades sobre as agências de viagens e hotéis nessa relação de consumo. O governo assume o compromisso de dentro em breve apresentar um texto através de uma medida provisória ou outro instrumento normativo que venha a regular", disse o ministro.

Gleisi cita frase de Salles sobre 'passar a boiada' e atribui a Bolsonaro culpa por incêndios

A presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, atribuiu a culpa pelas queimadas no País ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Em publicação nas redes sociais nesta quinta-feira, 19, a dirigente partidária citou cortes do governo anterior em verbas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Ela também mencionou a frase dita pelo ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles sobre "passar a boiada" com flexibilização das leis ambientais.

As declarações de Gleisi ocorrem no momento em que o governo Lula é criticado pela oposição por causa dos incêndios. "Bolsonaro é o maior responsável pela explosão das queimadas, do desmatamento e pelo desmonte das nossas leis e defesas contra desastres climáticos", afirmou, em vídeo publicado no Instagram.

A petista ressaltou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou nesta terça-feira, 17, um conjunto de ações para combater as queimadas no País e reuniu-se com representantes dos outros dois Poderes para tratar do assunto.

"Ele (Bolsonaro) cortou mais da metade das verbas do Ibama e ICMBio e se vangloriava de não ter feito concurso para novos servidores", emendou Gleisi. A presidente do PT também fez um paralelo com a atuação da gestão Bolsonaro na pandemia de covid-19 e disse que o País, naquele momento, tinha um "negacionista" no comando do Palácio do Planalto.

A dirigente da legenda de Lula afirmou que Bolsonaro incentivava o garimpo ilegal e a invasão de terras indígenas. "E quando o ministro da destruição do meio ambiente falou em passar a boiada na legislação ambiental, enquanto as atenções estavam na covid, lembram?", destacou Gleisi, em referência a declarações de Salles durante uma reunião ministerial em 22 de abril de 2020. O vídeo da reunião foi tornado público, na época, pelo então ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello, como parte de uma investigação sobre suposta interferência de Bolsonaro na Polícia Federal (PF).

Secretário acusado de assédio moral é demitido do ministério dos Direitos Humanos

O Secretário Nacional da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos, Claudio Augusto Vieira, foi demitido, ontem, 19. A exoneração foi publicada no diário oficial. Vieira foi acusado de assédio moral durante a gestão de Silvio Almeida, mas os casos foram arquivados. Na última sexta-feira, 13, a pasta reabriu investigações.

Procurado, o ministério não se manifestou. O Estadão tentou contato com Vieira, mas não conseguiu localizá-lo. O espaço segue aberto para ambos. Novas denúncias foram recebidas pela pasta na segunda-feira, 16, após a saída de Silvio Almeida. A denúncia detalha uma série de comportamentos abusivos por parte de Vieira, principalmente contra mulheres.

Ameaças de demissão, restrição à liberdade de expressão em reuniões, e atitudes de menosprezo são alguns exemplos do assédio. Além disso, ele teria feito críticas à vida pessoal dos servidores, incluindo comentários sobre gravidez.

Cimi alerta para atuação de forças de segurança no Mato Grosso do Sul

O secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Luis Ventura, afirma que, atualmente, as forças de segurança pública que atuam na Terra Indígena (TI) Nhanderu Marangatu, no município de Antônio João (MS), exercem a função de segurança privada para atender a interesses particulares. A avaliação foi compartilhada em entrevista concedida quarta (18), à Agência Brasil e tem como contexto a sobreposição da Fazenda Barra, onde o jovem Neri Guarani Kaiowá foi executado com um tiro na cabeça. As suspeitas são de que os autores dos disparos, que atingiram outros indígenas, com balas de borracha e munição letal, são policiais militares. A vítima tinha 23 anos e deixou um filho de 11 meses. Há 40 anos, Marçal de Souza Tupã'i, um dos maiores líderes do povo guarani kaiowá, foi assassinado no mesmo território, com cinco tiros, dentro de sua casa, que ficava na aldeia Campestre.

Para Ventura, a crítica quanto ao desvio de finalidade serve, sobretudo, à Polícia Militar. "Eles dizem que estão cumprindo uma decisão judicial do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), mas isso não é verdade. A decisão que existe não é nenhuma ordem de despejo nem de reintegração de posse, nem permite que a Polícia Militar hostilize a comunidade. A única coisa que permitem, e isso já é grave, é que a corporação esteja na área, para garantir a segurança", observa.

(Foto: EBC)



Guarani Kaiowá foi executado durante processo de retomada de fazenda.

O primeiro ataque, na onda mais recente de violência contra os guarani kaiowá, ocorreu no último dia 12 de setembro. Segundo o secretário do Cimi, no dia seguinte, durante uma passagem pela TI, algo inquietou as autoridades integrantes da Missão de Direitos Humanos organizada pelo Coletivo de Solidariedade e Compromisso aos Povos Guarani: o desprezo manifesto dos agentes de segurança contra os indígenas. "Constatamos a situação de tensionamento, tentamos mediar e conversar com a força da Polícia Militar e o coronel e o que a gente percebeu foi um ódio, uma raiva contra os indígenas. Uma questão muito visceral e uma determinação em continuar atacando, tratar os indígenas como invasores, apesar de estarem em terra indígena homologada, evidentemente caracterizando a posição deles como uma segurança particular, privada, de uma fazendeira", conta. A Fazenda Barra é reclamada por Roseli Ruiz, que deve participar da próxima reunião da comissão de conciliação no Supremo Tribunal Federal (STF) para tratar das ações que envolvem o marco temporal para demarcação de terras indígenas, como especialista na matéria de direitos indígenas. "Estão chamando de expert em direitos indígenas uma pessoa que está ocupando território homologado e mandando a Polícia Militar atirar nos indígenas. A filha dela, Luana Ruiz, advogada ruralista, é assessora especial da Casa Civil do governo do Mato Grosso do Sul e é quem está requerendo a presença e a manutenção da polícia na área. E é parte do governo", relata Ventura.

Unidades de conservação do RJ são reabertas após queda nos incêndios

O governo do Rio de Janeiro autorizou, quarta-feira (18) a reabertura das unidades de conservação gerenciadas pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea), após queda no número de focos de incêndio florestais. Das 39 unidades, 11 são parques que podem receber novamente visitação pública, sem restrições.

Os parques foram fechados no último fim de semana devido aos diversos focos de incêndio florestais em todo o território fluminense. A medida de fechamento teve como objetivo ajudar a conter as chamas, proteger a população e permitir que o corpo técnico fosse concentrado para o combate aos incêndios. Mais de 3.500 hectares de área foram queimados apenas em áreas de conservação.

O Corpo de Bombeiros já extinguiu mais de 1.442 incêndios florestais em todo o estado desde a criação do Gabinete de Gestão de Crise, na última quinta-feira (12). Às 20h desta quarta-feira (18), havia seis focos ativos sendo combatidos pelos bombeiros militares.

USO DA INTERNET NO BRASIL

Dados de 2023



Total de usuários

164,5 milhões



94,3% das pessoas usavam todos os dias

92,5% dos domicílios têm acesso à rede

66% dos idosos utilizam a Internet

87,6% das crianças de 10 anos ou mais tinham celular

FINALIDADE DE ACESSO

Conversar por chamada de voz ou vídeo	94,6%
Enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagem por aplicativos	91,1%
Assistir vídeos, filmes e séries	87,6%
Usar as redes sociais	83,5%
Ouvir música	82,3%

MEIOS DE ACESSO

Celular	98,8%
Computador	34,2%
Televisão	49,8%
Tablet	7,6%

ACESSO POR REDE DE ENSINO

Rede pública	89,1%
Rede privada	97,6%

8,9% dos usuários acessaram a internet por conexão gratuita pública em escolas, universidades ou bibliotecas públicas

FONTE IBGE

® INFOGRAFFO

Dez municípios do Norte e Centro-Oeste concentram 20,5% das queimadas este ano

Dez municípios das Regiões Norte e Centro-Oeste concentram 20,5% das queimadas que atingem o Brasil desde o início do ano, informa, em nota, a Coalizão Brasil, Clima, Florestas e Agricultura, com base em dados do Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Segundo o comunicado, esses municípios estão localizados no Amazonas, em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará e Rondônia. Juntos, detêm 39.247 pontos de incêndio dos 190.943 focos detectados no País entre 1º de janeiro e 18 de setembro.

O município com mais focos de incêndio é São Félix do Xingu, no Pará, com 6.474. Em segundo lugar, vem Altamira, também no Pará, com 5.250. Na sequência, estão: Corumbá, em Mato Grosso do Sul, e Novo Progresso, no Pará, com 4.736 e 4.598 pontos, respectivamente. Apuí, no Amazonas, tem 4.308; Lábrea, também no Amazonas, 3.723; Itaituba, no Pará, 2.973; Porto Velho, em Rondônia, 2.710; Colniza, em Mato Grosso, 2.277, e Novo Aripuanã, no Amazonas, 2.198 focos de incêndio.

O membro do Grupo Estratégico da Coalizão, Beto Mesquita, chama a atenção para o fato de que nove desses municípios estão na Amazônia. A exceção é Corumbá, porta de entrada para o Pantanal sul-mato-grossense. "Por mais que tenha ocorrido muito incêndio no Cerrado, quando percebemos os focos de calor, notamos que eles continuam muito concentrados na Amazônia", alerta Mesquita, na nota da Coalizão.

O representante da Coalizão comenta, além disso, que sete dos dez municípios com mais queimadas também estão na lista dos que mais desmataram em 2023, de acordo com dados do sistema Prodes, do Inpe: Altamira, Corumbá, São Félix do Xingu, Porto Velho, Apuí, Lábrea e Colniza. "Isso mostra que essas áreas estão sendo queimadas para a consolidação do desmatamento", alerta. "Há uma relação muito clara. E, em algumas regiões, o fogo está sendo usado como novo agente de degradação."

Marina Helena defende em sabatina subsídio a Uber na periferia e motos em faixas de ônibus

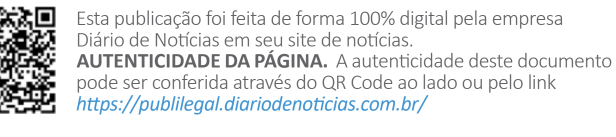
A candidata Marina Helena (Novo) disse ontem, 19, em sabatina ao Estadão, que há casos em que a disponibilização de ônibus deixou de ser a melhor solução para o transporte público nas periferias de São Paulo. Ela defendeu como alternativa que a Prefeitura dê subsídio - uso de dinheiro público - a viagens de transporte por aplicativo para os passageiros em alguns locais.

"A cidade se espraiou tanto que, chegando lá na periferia, não faz sentido você colocar um ônibus. Às vezes vale mais a pena o governo subsidiar para a pessoa, por exemplo, poder pegar um Uber. Ou usar outro modal do que ter um ônibus ali, porque não tem passageiro suficiente, mas você tem que atender aquelas pessoas", disse a candidata a prefeita do Novo.

Outra proposta de Marina Helena para o transporte público é diminuir o preço da passagem de ônibus fora dos horários de pico O objetivo é incentivar que as pessoas optem por utilizar o serviço nos horários menos movimentados, o que segundo a candidata traria "ganhos imensos" tanto na melhoria do trânsito nas horas mais intensas como na lotação dos ônibus, que em tese deixariam de circular superlotados. "Com isso você consegue até reduzir a frota. Hoje você precisa de uma frota enorme e o subsídio é muito alto por conta dos horários de pico. Se você pegar, você paga esse valor imenso por quatro horas que as pessoas usam o transporte. Depois você tem que ter [ônibus] ali, mas eles vêm vazios. Então, com isso, você acaba diminuindo o custo como um todo. Mas isso é feito de maneira gradual. Vai precisar ser calibrado", afirmou Marina.

Ela disse ainda que sua proposta é aumentar os corredores de ônibus e de moto - conhecidos como faixa azul - na cidade. "A gente também tem a ideia de onde não for possível estabelecer os corredores de moto, que possam ser usadas as faixas de ônibus para isso", declarou.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676



ESPORTES

EDIÇÃO NACIONAL

São Paulo se anima com empate na Libertadores, mas má fase de craques preocupa


(Foto: Divulgação)

Os torcedores do São Paulo que compareceram ao Engenhão na noite da última quarta-feira comemoraram bastante o apito final do empate sem gols com o Botafogo, no confronto de ida das quartas de final da Copa Libertadores. Agora, decide a classificação no MorumBis na próxima semana. Apesar da possibilidade de contar com o apoio da torcida, o desempenho da equipe, especialmente na etapa inicial, preocupa.

Escalado com uma linha de cinco defensores, o São Paulo foi "amassado" pelo Botafogo no primeiro tempo. O time paulista viu o adversário ir para o intervalo com 11 finalizações, incluindo duas bolas na trave e outros três chutes perigosos à meta de Rafael. No segundo tempo, o técnico Luis Zubeldía ajustou a equipe, equilibrando as disputas no meio-campo, mas a má fase de craques, como Lucas Moura, Calleri e Luciano, pesou contra um resultado ainda melhor no Rio de Janeiro.

Recentemente convocado para a seleção brasileira, Lucas Moura teve atuação discreta no duelo com os botafoguenses. Prejudicado por um meio-campo despovoado, o jogador não teve com quem tabelar e tentou resolver alguns lances com arrancadas em velocidade, mas foi facilmente neutralizado pela marcação adversária. Peça-chave no time de Zubeldía, Lucas só teve participação direta em um gol da equipe tricolor nas últimas dez partidas, quando contribuiu com uma assistência na vitória por 2 a 1 sobre o Vitória, em 25 de agosto.

Com 13 gols na temporada, Calleri é outro que não vive boa fase. Nas últimas dez partidas do São Paulo, o camisa 9 balançou as redes apenas uma vez - contra o Cruzeiro, foi poupado. O baixo rendimento do centroavante coincidiu com a queda de desempenho do time. No mesmo período, o time do Morumbi venceu apenas três partidas. O argentino teve a melhor chance do time paulista contra o Botafogo, mas perdeu chance incrível ao chutar por cima da baliza do goleiro John no segundo tempo.

Um dos melhores jogadores do São Paulo na temporada, Luciano também não passa por um bom momento. Com a ausência de Ferreirinha, fora por lesão, o meia-atacante acabou sendo preterido por Zubeldía para a escalação do jovem William Gomes, de apenas 18 anos, para o duelo com o Botafogo. O camisa 10 foi acionado aos 25 minutos do segundo tempo, mas foi pouco eficaz e não conseguiu dar o volume necessário para o time tricolor. Nesta quarta, ele completou um mês sem balançar as redes. A última vez foi na derrota por 2 a 1 para o Palmeiras.

"Contra o Nacional, não criamos nada. Ganhamos do Talleres, empatamos com o Nacional em uma partida difícil. A diferença é que nesses jogos tivemos mais a bola, mas não tivemos chances. Hoje, no segundo tempo, tivemos uma chance clara. Sabia que corrigindo algumas coisas melhoraríamos no segundo tempo", comentou Zubeldía, após o empate sem gols.

O São Paulo volta a campo no domingo, quando encara o Internacional, no MorumBis, pela 27ª rodada do Campeonato Brasileiro.

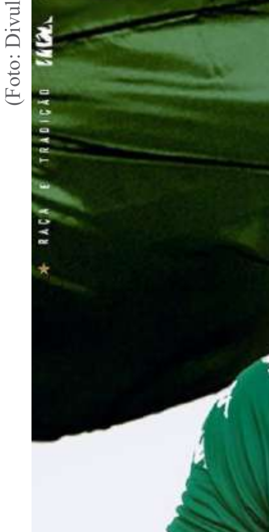
NFL em SP: público aprova evento e turistas gastaram em média R$ 3,3 mil; veja dados


(Foto: Divulgação)

Duas semanas após a primeira partida da National Football League (NFL) no Brasil, a Prefeitura de São Paulo e a liga confirmaram o resultado positivo para o evento. De acordo com pesquisa conduzida pelo Observatório de Turismo e Eventos (OTE) da São Paulo Turismo (SPTuris), a nota final dada por quem foi ao jogo na Neo Química Arena ficou em 8,8. Além disso, 69% vieram de fora de São Paulo para a partida, com um gasto médio de R$ 3,3 mil. A carga de ingressos na casa do Corinthians foi esgotada para o duelo entre Philadelphia Eagles e Green Bay Packers. Ao todo, 47 236 pessoas acompanharam a partida. Segundo dados da pesquisa, 12% do público era estrangeiro ou veio de fora do Brasil (brasileiros que moram em outros países) - cerca de 5,6 mil fãs de futebol americano. O Estadão já havia apontado uma "invasão" americana antes da partida e a NFL vendeu pacotes de viagens especiais para o Brasil.

O gasto médio dos turistas foi de R$ 3.355,73, permanecendo cerca de 3,2 dias na capital. Dos estrangeiros, além dos americanos, australianos, canadenses, mexicanos e bolivianos se destacaram nos arredores de Itaquera no último dia 6 de setembro De acordo com a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), o Brasil observou um aumento de 133% na emissão de passagens aéreas dos Estados Unidos. Já entre os brasileiros, Rio de Janeiro (6,3%), Minas Gerais (4,5%) e Paraná (3,3%) se destacaram entre os turistas nas arquibancadas da Neo Química Arena. A pesquisa foi conduzida no estádio, no dia 6 de setembro, e no sábado e no domingo no NFL Experience, evento realizado em parceria entre a liga e a SPTuris no Parque Villa-Lobos. No tíquete médio, que não contabiliza o custo com ingresso e viagem, está incluído o gasto médio com produtos da NFL: R$ 353,37.

Após lesões, Guarani vai ao mercado e contrata atacante que estava na Série C


(Foto: Divulgação)

Mesmo após o fechamento da janela de transferências, o Guarani está atento ao mercado e fechou uma nova contratação para a reta final da Série B do Campeonato Brasileiro. Trata-se do atacante Marcelinho, de 28 anos, ex-Ferroviário-CE.

A negociação foi possível porque Marcelinho estava livre no mercado. Ele acertou seu contrato junto ao clube cearense antes do fim da janela de transferências.

O jogador chega como um pedido da comissão técnica, que perdeu Airton e Marlon Douglas por lesão - devem ser desfalques por até um mês.

O novo reforço do Guarani fez 25 jogos pelo Ferroviário em 2024, com seis gols e duas assistências. Mesmo assim, não conseguiu evitar o rebaixamento do clube para a Série D. Revelado pelo Foz do Iguaçu-PR, teve quatro passagens pelo Londrina, Paysandu, Camboriú-SC, entre outros. Entre 2020 e 2021, também defendeu Marítimo e FC Vizela, ambos de Portugal.

Com a vitória por 1 a 0 diante do Mirassol, o Guarani segue na lanterna (20º), mas com 24 pontos, dois a menos do que o Brusque, 19º com 26, e quatro a menos do que o Ituano, primeiro fora da zona de rebaixamento, em 16º com 28. O time de Campinas, porém, tem um jogo atrasado, diante do Botafogo.

CHANCES NO BRASILEIRÃO

Veja como estão as chances das equipes da Série A, na luta pelo título e vaga na Libertadores, após a 26ª rodada

DE TÍTULO


Botafogo **3,5%**



Palmeiras **85,9%**



Fortaleza **9,76%**


Flamengo **2,5%**

DE LIBERTADORES

Botafogo	99,66%
Palmeiras	98,60%
Fortaleza	93,25%
Flamengo	88,10%
São Paulo	80,18%

DE PERMANECER NA SÉRIE A

Grêmio	87,06%
Juventude	78,07%
Criciúma	63,19%
Fluminense	63,00%
Corinthians	52,44%

FONTE | *Espião Estatístico* INFOGRAFFO

Gabigol vai ao 'fim da fila' no Fla e perde prestígio a três meses de ficar livre no mercado

Gabigol viveu grandes momentos como jogador do Flamengo, inclusive recebendo a camisa 10 eternizada por Zico, mas já faz tempo que não goza mais do mesmo prestígio. Mesmo com Pedro fora de combate pelo resto do ano, em razão de um rompimento ligamentar no joelho, o atacante de 28 anos foi colocado no fim da fila na briga por posição no ataque rubro-negro. Tal situação ocorre no momento em que faltam cerca de três meses para o fim de seu contrato, válido até dezembro, ao mesmo tempo em que o próprio mercado parece ter diminuído o interesse no atleta.

O técnico Tite não incluiu Gabriel na relação para o jogo desta quinta-feira, contra o Peñarol, pela Libertadores. Existia a preocupação com uma possível lesão no músculo posterior da coxa direita, mas os exames não constataram o problema. Mesmo assim, foi decidido que o jogador ficaria de fora por precaução, conforme informado pelo clube em nota oficial. O ataque deve ser formado por Plata e Bruno Henrique.

"O Clube de Regatas do Flamengo informa que o atleta Gabriel Barbosa realizou exames que não diagnosticaram lesão no músculo posterior da coxa direita. Porém, a Comissão Técnica optou pela precaução e não o relacionou para o duelo contra o Peñarol em razão de uma fibrose na região. Gabi está entregue aos fisioterapeutas e preparadores físicos para a sequência de jogos decisivos da temporada".

COB Expo terá treino aberto de boxe com medalhista olímpico Abner Teixeira

Após confirmar a presença de Rebeca Andrade, a COB Expo anunciou a presença de boxeadores olímpicos do Brasil na grande feira de esportes organizada pelo Comitê Olímpico do Brasil (COB), a ser realizada em São Paulo entre os dias 25 e 29 deste mês. Medalhista de bronze nos Jogos de Tóquio, em 2021, Abner Teixeira vai participar de um treino aberto durante o evento.

O pugilista terá a companhia de Bárbara Santos e Wanderley Pereira. O trio defendeu as cores do Brasil na Olimpíada de Paris-2024, no mês passado. Wanderley foi o boxeador que foi mais longe entre eles, parando nas quartas de final, na categoria até 80kg. Bárbara e Abner foram eliminados logo na estreia. O trio de boxeadores vai participar de um treino aberto para o público no dia 25, quarta-feira da próxima semana, entre 10h e 15h. O evento é organizado pela Confederação Brasileira de Boxe (CBBoxe). E, ao fim do treino, eles vão interagir com o público presente.

Entre os dias 27 e 29, a CBBoxe vai organizar também uma competição durante a COB Expo, batizada de Desafio Recoma de Boxe, com a participação de 70 pugilistas de diferentes categorias.

Para tanto, um ringue oficial Taishan Sports será montado no meio da COB Expo.

Brasil mantém 5º lugar no ranking da Fifa; Argentina continua na ponta

A Fifa divulgou nesta quinta-feira o ranking masculino de seleções, atualizado após a última Data Fifa, em que o Brasil entrou em campo pelas Eliminatórias da Copa do Mundo de 2026. Com uma vitória e uma derrota, o time de Dorival Júnior manteve o quinto lugar geral na lista das seleções. A Argentina continua na liderança.

A equipe nacional soma 1.772,02 pontos, contra 1.817,28 da Inglaterra, a quarta colocada da lista. A Argentina, atual campeã mundial e da Copa América, apresenta 1.889,02 e viu cair a diferença para a vice-líder França (1.851,92). Em terceiro aparece a Espanha (1.836,42), atual campeã da Eurocopa. Atrás do Brasil vêm Bélgica, Holanda, Portugal, Colômbia e Itália. Não houve nenhuma mudança no Top 15 do ranking. A primeira alteração aconteceu somente no 16º posto, que agora conta com o Japão. O time japonês subiu duas posições e desbancou México e Estados Unidos.

Bia Haddad supera australiana e estreia com vitória no Torneio de Seul

De volta às quadras após a grande campanha no US Open, Beatriz Haddad Maia estreou com vitória no Torneio de Seul. Ontem, a número 1 do Brasil superou a australiana Ajla Tomljanovic por 2 sets a 0, com parciais de 6/3 e 6/4, em 1h46min de confronto na capital da Coreia do Sul. Como estreou diretamente nas oitavas de final, por ser uma das principais cabeças de chave da competição, Bia já garantiu vaga nas quartas. Sua próxima adversária será a russa Polina Kudermetova, tenista de 21 anos e que veio do qualifying. Número 163 do mundo, ela vem a ser a irmã mais nova da experiente Veronika Kudermetova, que costuma brilhar nas duplas. Será a primeira vez que Bia enfrentará Polina no circuito profissional.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676



PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA POLICIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE ITAPETININGA – UASG 180319

ABERTURA DE PREGÃO
Pregão Eletrônico 90006/2024
Processo SEI 058.00078091/2024-72
Processo Siafem 20240746055
Interessado Delegacia Seccional de Polícia de Itapetininga
Assunto Aquisição de Material de Escritório

Encontra-se aberto na Delegacia Seccional de Polícia de Itapetininga o Pregão Eletrônico nº 90006/2024, referente a aquisição de Material de Escritório. A sessão será realizada no dia 09/10/2024, às 08:30 horas, no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br. O Edital do Pregão Eletrônico, na íntegra, está disponível no site https://www.gov.br/pnpc/pt-br. Quaisquer esclarecimentos, pedido de impugnação ou informações serão prestadas através e-mail financas.itapetininga@policiacivil.sp.gov.br.

CÂMARA MUNICIPAL DE TIETÊ/SP

EDITAL DE RETIFICAÇÃO
EXTRATO DO EDITAL DE ABERTURA
DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2024

A CÂMARA MUNICIPAL DE TIETÊ, Estado de São Paulo, neste ato representada pelo senhor ADRIANO ARONCHI, Presidente, TORNA PÚBLICA, a retificação do Extrato do Edital de abertura das inscrições no Concurso Público n. 01/2024 para provimento efetivo dos cargos de ANALISTA LEGISLATIVO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL e CONTROLADOR INTERNO. **Onde se leu:** Vencimentos - R$ 5.356,90. **Leia-se:** Vencimentos – R$ 5.441,52. E, para que chegue ao conhecimento de todos, e ninguém possa alegar desconhecimento é expedido o presente Edital.

Tietê/SP, 19 de setembro de 2024.
ADRIANO ARONCHI
Presidente da Câmara Municipal.



Departamento Autônomo de Água e Esgotos

COMUNICADO - SUSPENSÃO
Pregão Eletrônico nº 068/2024
Processo DAAE nº 1.636 de 14/05/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDIDOR VOLUMÉTRICO COM MÓDULO DE RADIOFREQUENCIA. Diante da manifestação da Gerência referente às alterações a serem promovidas no Termo de Referência deste Certame, essa Administração decide SUSPENDER a sessão pública de lances que estava agenda para acontecer no dia 26 de setembro de 2024 às 10 horas. Novas informações sobre este processo serão divulgadas na mesma forma em que ocorreu o comunicado de abertura da presente licitação. Para mais informações poderão ser obtidas pelo e-mail: gsup@daaeararaquara.com.br. Publique-se!

Araraquara (SP), 18 de setembro de 2024. Ada Maria Matheus Salmazo - **Superintendente**

PREFEITURA MUNICIPAL DE DRACENA
Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2024 – PROC. 169/2024 – AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se disponível o Edital do Pregão Eletrônico n.º 038/2024, cujo objeto é: SELEÇÃO DE FORNECEDORES PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E PARCELADAS DE ÁGUA MINERAL PARA O ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL. Data da sessão: 03/10/2024, horário: 09h00. Local: http://portal.dracena.sp.gov.br:8079/comprasedital/. Edital na íntegra: http://www.dracena.sp.gov.br e PNCP. Dracena, 19 de setembro de 2024. DIVANIR LEDO DOS SANTOS - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO MORATO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10.092/2024. A Prefeitura do Município de Francisco Morato, com sede na Praça da Liberdade, nº 10, Jardim Sinobe, torna público que, encontra-se aberta, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, tendo como objeto Contratação de empresa especializada na confecção do carnê de IPTU e taxas, a fim de atender a necessidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda, visando o recolhimento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e Taxa para o exercício de 2025, conforme os termos abaixo especificados e em conformidade com a legislação vigente. Sessão de Abertura dia 04 de Outubro de 2024 às 10:00 horas. O edital se encontrará disponível no site www.novobbmnet.com.br e no departamento de licitações bastando trazer mídia para gravação ou pelo e-mail licitacao@franciscomorato.sp.gov.br e no site www.franciscomorato.sp.gov.br/portal transparência/licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAPURU

Aviso de Licitação
Concorrência Eletrônica n.º 08/2024
Processo Licitatório n.º 70/2024

A Prefeitura Municipal de Irapuru, em cumprimento a Lei Federai n.° 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 5.549/2023, torna público aos interessados a realização de licitação na modalidade de **Concorrência Eletrônica n.º 08/2024**. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE CONCLUSÃO DE REFORMA E ADEQUAÇÕES NO ESTÁDIO MUNICIPAL DE IRAPURU/SP, LOCALIZADO NA RUA DR. YOSHIYUKI KOGA, S/N, CENTRO, CONFORME EXIGÊNCIAS PREVISTAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS. Tipo:** Menor Preço Global. Edital disponível nas páginas da internet: www.irapuru.sp.gov.br, www.bll.org.br e www.pncp.gov.br. CADASTRO DE PROPOSTAS: a partir das 08h00min do dia 20/09/2024 até as 08h40min do dia 04/10/2024. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 08h50min do dia 04/10/2024. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS (FASE COMPETITIVA): às 09h00min do dia 04/10/2024. Quaisquer esclarecimentos e informações serão prestados pelo Departamento de Licitações. Telefone: (18) 3861-2007. Email: licitacoes@irapuru.sp.gov.br.

Irapuru, 19 de setembro de 2024.
Ademar Calegão - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAPURU

Aviso de Licitação
Pregão Eletrônico n.º 30/2024
Processo Licitatório n.º 68/2024

A Prefeitura Municipal de Irapuru, em cumprimento a Lei Federai n.° 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 5.549/2023, torna público aos interessados a realização de licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico n.º 30/2024.** Objeto: **AQUISIÇÃO DE EPI'S - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - PARA SEREM UTILIZADOS NAS DIVERSAS DIRETORIAS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. Tipo:** Menor Preço por Item. Edital disponível nas páginas da internet: www.irapuru.sp.gov.br ou www.bll.org.br. CADASTRO DE PROPOSTAS: a partir das 08h00min do dia 20/09/2024 até as 13h30min do dia 04/10/2024. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 13h40min do dia 04/10/2024. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS (FASE COMPETITIVA): às 13h50min do dia 04/10/2024. Quaisquer esclarecimentos e informações serão prestados pelo Departamento de Licitações. Telefone: (18) 3861-2007. Email: licitacoes@irapuru.sp.gov.br.

Irapuru, 19 de setembro de 2024.
Ademar Calegão - Prefeito Municipal

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO CENTRO DE GESTÃO E REGISTRO DE PREÇOS

REPUBLICAÇÃO COM DEVOLUÇÃO – SRP - Processo n.º 007.00023837/2024-15 - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO COADM n.º 90006/2024. Encontra-se aberta na Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, por intermédio da Coordenadoria de Administração, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo MENOR PREÇO, para a **Constituição de Sistema de Registro de Preços, para eventual e futura contratação de licenças de software de segurança, incluindo serviços de instalação, configuração e suporte, treinamento e atualização do software.** DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 20/09/2024 – no sistema **Compras.gov.br**, DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: **07/10/2024** – às 10h00 min., na Praça Ramos de Azevedo, nº 254, Centro - São Paulo/SP. O Edital poderá ser consultado nos endereços eletrônicos https://www.imprensaoficial.com.br e https://www.agricultura.sp.gov.br/editais, podendo também ser solicitado através do e-mail crprecos@sp.gov.br, ou ainda, pessoalmente, na Coordenadoria de Administração – Centro de Gestão de Registro de Preços, no endereço acima, das 9h às 16h00 horas, mediante apresentação de mídia para gravação do arquivo eletrônico.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Comunicado - Centro de Licitações e Compras
Processo SAA nº 007.00033233/2024-87 - Pregão Eletrônico CATI nº: 90005/2024

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento comunica que se encontra aberta no Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, **PREGÃO ELETRÔNICO CATI 90005/2024**, destinado a Contratação de Serviços de Locação de Central Telefônica PABX - SAA Campinas no período de 60 meses, do tipo MENOR PREÇO. A realização da **sessão será na data de 08/10/2024**, horário **10:00 horas**, no sítio www.gov.br/compras. Informações para consulta do edital no Centro de Licitações e Compras, pelo telefone (11) 5067-0367 e/ou pelo e-mail: suprimentosagricultura@sp.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINÓPOLIS

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL
CONCORRENCIA PUBLICA Nº 017/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 850/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada para perfuração de poço tubular profundo no bairro jardim paulista no município de Martinópolis, com o fornecimento de mão de obra e materiais necessários à completa e perfeita implantação de todos os elementos definidos no projeto básico, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais exigências estabelecidas em edital. **VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:** R$ 739.720,85. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** até às 08hs15min do dia 07/10/2024 (horário de Brasília). **ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:** 08hs20min do dia 07/10/2024 (horário de Brasília). **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** 08hs30min do dia 07/10/2024 (horário de Brasília). **LOCAL:** Sistema Eletrônico no Portal de Licitações no endereço "http://comprasbr.com.br". "Acesso identificado". **CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:** Na internet, no e-mail: licitacao@martinopolis.sp.gov.br, no endereço eletrônico: http://online.martinopolis.sp.gov.br:8079/comprasedital/ na opção 02, e no endereço eletrônico: comprasbr.com.br/processos/. No Departamento Municipal de Licitações, no endereço sito à Avenida Coronel João Gomes Martins, 525, Centro, Martinópolis, Estado de São Paulo, telefone (18) 3275-9500. Martinópolis, 19/09/2024 – VALDECI SOARES DOS SANTOS FILHO – Prefeito.

EDP Renováveis Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 09.334.083/0001-20 - NIRE 35.300.351.789

Ata da 135ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de Setembro de 2024

1. Data, Hora e Local: Aos 09 de setembro de 2024, às 10h00min, na sede social da **EDP Renováveis Brasil S.A.** ("Companhia"), na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Werner Von Siemens, nº 111, prédio nº 22, bloco A, sala 73, Lapa de Baixo, CEP 05069-900. **2. Presença e Convocação:** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, por estarem presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Assumiu a presidência da mesa a Sra. **Paula Ferrareto Dalbello**, que convidou o Sr. **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior** para secretariá-la. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre as seguintes matérias: **4.1.** Aprovar a realização, pela Companhia, da sua 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, no montante de R$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definida) ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários") conforme alterada, da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022 ("Resolução CVM 160"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"); **4.2.** Aprovar a (i) celebração de todos os documentos e seus eventuais aditamentos e praticar todos os atos necessários ou convenientes às matérias acima; e (ii) contratar a instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários para intermediar a Oferta ("Coordenador Líder") e os demais prestadores de serviços necessários para a Emissão e a Oferta (tais como agente fiduciário, escriturador, banco liquidante, assessores jurídicos, B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão ("B3") e demais instituições e/ou prestadores de serviços que, eventualmente, sejam necessários para a realização da Emissão e da Oferta), fixando-lhes os respectivos honorários; **4.3.** Aprovar a outorga de procuração pela Companhia no âmbito da Emissão; e **4.4.** Aprovar a ratificação de todos os atos relacionados às matérias acima que tenham sido praticados pela administração anteriormente à data desta reunião do conselho de administração, incluindo eventuais aditamentos aos documentos da Emissão. **5. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, e sem quaisquer restrições ou ressalvas: **5.1.** Aprovar a realização da Oferta pela Companhia com as seguintes características principais, a serem detalhadas e reguladas por meio da celebração do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da EDP Renováveis Brasil S.A.*" ("Escritura de Emissão"), a ser celebrada entre a Companhia, a **EDP Energias do Brasil S.A.**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 03.983.431/0001-03, na qualidade de garantidora ("Garantidora") e, na qualidade de representante dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"), a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38 ("Agente Fiduciário"): *a. Número da Emissão.* A presente Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia. *b. Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão será de R$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão"). *c. Número de Séries.* A Emissão será realizada em série única. *d. Quantidade.* Serão emitidas 750.000 (setecentas e cinquenta mil) Debêntures. *e. Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"). *f. Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador (conforme abaixo definido), e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, será comprovada pelo extrato expedido pela B3 em nome do Debenturista. *g. Conversibilidade e Permutabilidade.* As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia e nem permutáveis por ações de outra sociedade. *h. Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações, com garantia adicional fidejussória. *i. Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será a data a ser indicada na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"). *j. Prazo e Data de Vencimento.* Ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, de resgate em decorrência de uma Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures ou Aquisição Facultativa, com o consequente cancelamento da totalidade de tais Debêntures (a exclusivo critério da Companhia), nos termos previstos na Escritura de Emissão, as Debêntures terão o prazo de vencimento de 2 (dois) anos, contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento"). *k. Data de Início da Rentabilidade.* Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade das Debêntures será a Primeira Data de Integralização das Debêntures ("Data de Início da Rentabilidade"). *l. Pagamento do Valor Nominal Unitário.* Ressalvadas as hipóteses de Aquisição Facultativa, Resgate Antecipado Facultativo, Amortização Extraordinária Facultativa, resgate antecipado decorrente de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado ou de vencimento antecipado, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, será amortizado em 1 (uma) única parcela, na Data de Vencimento ("Data de Amortização"). *m. Remuneração.* A remuneração das Debêntures será a seguinte: *(i) Atualização monetária:* o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; e *(ii) Juros remuneratórios.* Sobre o Valor Nominal Unitário ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme definido na Escritura de Emissão), calculada e divulgada diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa ou *spread* de 0,45% (quarenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (exclusive). O cálculo da Remuneração obedecerá a fórmula a ser descrita na Escritura de Emissão; e *(iii) Pagamento da Remuneração.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Resgate Antecipado Facultativo, de Amortização Extraordinária, de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures e da Aquisição Facultativa, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga em 1 (uma) única parcela, na Data de Vencimento (qualquer uma das datas acima, "Data de Pagamento da Remuneração"). *n. Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada. *o. Amortização Extraordinária Facultativa.* A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 7º (sétimo) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, realizar a amortização extraordinária facultativa das Debêntures, até o limite de 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso ("Amortização Extraordinária Facultativa") mediante o pagamento de parcela do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido **(i)** da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento da Amortização Extraordinária Facultativa; **(ii) dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido) devidos e não pagos até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa, se for o caso; e (iii)** até o 12º (décimo segundo) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, de prêmio de 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano, calculado *pro rata temporis*, multiplicado pelo prazo remanescente das Debêntures contado da data da efetiva amortização até a Data de Vencimento, incidente sobre a parcela do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração incidente até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa, conforme o caso e segundo a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão, sendo certo que, a partir do 13º (décimo terceiro) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, aplicar-se-á o disposto nos itens (i) e (ii) acima, sem qualquer prêmio. *p. Resgate Antecipado Facultativo.* A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 7º (sétimo) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"), mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido **(i)** da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo; **(ii)** dos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do referido resgate, se for o caso; e **(iii)** até o 12º (décimo segundo) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, de prêmio de 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano, calculado *pro rata temporis*, multiplicado pelo prazo remanescente das Debêntures contado da data do efetivo resgate até a Data de Vencimento, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração incidente até a data da efetiva do Resgate Antecipado Facultativo, conforme o caso e segundo a fórmula a ser definida na Escritura de Emissão, sendo certo que, a partir do 13º (décimo terceiro) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, aplicar-se-á o disposto nos itens (i) e (ii) acima, sem qualquer prêmio adicional ("Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo" e "Valor do Resgate Antecipado Facultativo"). *q. Oferta Facultativa de Resgate Antecipado.* A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta facultativa de resgate antecipado total das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão ("Oferta Facultativa de Resgate Antecipado"). *r. Aquisição Facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia ("Aquisição Facultativa"). As Debêntures adquiridas pela Companhia de acordo com este item, poderão, a critério da Companhia: **(i)** ser canceladas; **(ii)** permanecer na tesouraria da Companhia; ou **(iii)** ser novamente colocadas no mercado. Caso aplicável, as Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nestes termos, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures. *s. Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, nos termos a serem descritos na Escritura de Emissão, serão realizados **(i)** pela Companhia, no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração, ao Valor do Resgate Antecipado Facultativo, ao valor de Amortização Extraordinária Facultativa, ao valor da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, ao valor do Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo, ao valor do Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa, eventual Prêmio de Resgate da Oferta e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio da B3; ou **(ii)** pela Companhia, nos casos em que as Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio do Escriturador ou na sede da Companhia, conforme o caso. *t. Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. *u. Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória de 2% (dois por cento) ("**Encargos Moratórios**"). *v. Classificação de Risco.* Não será contratada agência de classificação de risco no âmbito da Oferta para atribuir rating às Debêntures. *w. Desmembramento.* Não será admitido o desmembramento dos Juros Remuneratórios, do Valor Nominal Unitário Atualizado e/ou dos demais direitos conferidos aos Debenturistas, nos termos do inciso IX do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações. *x. Garantia Fidejussória.* Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento de todas as obrigações pecuniárias, principais e acessórias, das Debêntures, bem como encargos moratórios, honorários advocatícios judiciais e extrajudiciais e das demais obrigações pecuniárias a serem previstas na Escritura de Emissão, inclusive, mas não limitado a, aquelas devidas ao Agente Fiduciário, nos termos do artigo 822 do Código Civil ("Obrigações Garantidas"), a Garantidora prestará garantia fidejussória, de fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, por meio da Escritura de Emissão e na melhor forma de direito, como devedora solidária e principal pagadora das Obrigações Garantidas nos termos a serem definidos na Escritura de Emissão, até a liquidação integral das Obrigações Garantidas, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão. *y. Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização.* As Debêntures serão subscritas e integralizadas, a qualquer momento, a partir da data de início de distribuição ("Data de Integralização"), conforme informada no anúncio de início de distribuição, a ser divulgado nos termos do artigo 13 da Resolução CVM 160, durante o período de distribuição das Debêntures previsto no artigo 48 da Resolução CVM 160, de acordo com os procedimentos da B3, observado o plano de distribuição. O preço de integralização das Debêntures (i) na primeira Data de Integralização será o Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Primeira Data de Integralização"); e (ii) nas Datas de Integralização posteriores à Primeira Data de Integralização será o Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração, calculadas *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização até a data da efetiva integralização. As Debêntures poderão, ainda, em qualquer Data de Integralização, serem subscritas com ágio ou deságio, conforme poderá vir a ser definido pelo Coordenador Líder, sendo certo que, caso aplicável, o ágio ou o deságio, conforme o caso, será o mesmo para todas as Debêntures subscritas e integralizadas em uma mesma Data de Integralização. A integralização das Debêntures será à vista e em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, na Data de Integralização. *z. Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto na Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá considerar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, dos valores devidos nos termos a serem descritos na Escritura de Emissão. **5.2.** Aprovar a (i) celebração de todos os documentos e seus eventuais aditamentos e praticar todos os atos necessários ou convenientes às matérias acima; e (ii) contratar o Coordenador Líder e os demais prestadores de serviços necessários para a Emissão e a Oferta (tais como agente fiduciário, escriturador, banco liquidante, assessores jurídicos, B3 e demais instituições e/ou prestadores de serviços que sejam necessários para a realização da Emissão e da Oferta), fixando-lhes os respectivos honorários; **5.3.** Aprovar a outorga de procuração pela Companhia no âmbito da Emissão; e **5.4.** Ratificar todos os atos relacionados às matérias acima que tenham sido praticados pela administração anteriormente à data da presente reunião do Conselho de Administração. **6. Encerramento e Lavratura:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, lavrando-se antes a presente ata em livro próprio que, lida, achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos conselheiros presentes. Assinaturas: Mesa: Sra. Paula Ferrareto Dalbello – Presidente e o Sr. Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior – Secretário. Conselheiros Presentes: Duarte Melo de Castro Belo, Manuel Ortiz Plaza e Luis Fernando Mendonça de Barros Filho. A presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. São Paulo, 09 de setembro de 2024. Mesa: **Paula Ferrareto Dalbello** - *Presidente;* **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Jr** - *Secretário*. JUCESP nº 341.752/24-1 em 18/09/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAPURU

Aviso de Licitação
Pregão Eletrônico n.º 31/2024
Processo Licitatório n.º 69/2024

A Prefeitura Municipal de Irapuru, em cumprimento a Lei Federai n.° 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 5.549/2023, torna público aos interessados a realização de licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico n.º 31/2024**. Objeto: **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PRONTOS PARA CONSUMO A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIRETORIAS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO TERMO DE REFERÊNCIA. Tipo:** Menor Preço por Item. Edital disponível nas páginas da internet: www.irapuru.sp.gov.br ou www.bll.org.br. CADASTRO DE PROPOSTAS: a partir das 08h00min do dia 20/09/2024 até as 13h30min do dia 03/10/2024. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 13h40min do dia 03/10/2024. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS (FASE COMPETITIVA): às 13h50min do dia 03/10/2024. Quaisquer esclarecimentos e informações serão prestados pelo Departamento de Licitações. Telefone: (18) 3861-2007. Email: licitacoes@irapuru.sp.gov.br.

Irapuru, 19 de setembro de 2024.
Ademar Calegão - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA

EXTRATO DE EDITAL - PROC Nº 125/2024 – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2024 - seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro, por meio da celebração de Termo de Execução Cultural, com o objetivo de incentivar as produções e ações os diversos segmentos da cultura do Município de Itatinga com base a Lei Aldir Blanc, de acordo com Anexo I do edital, utilizando-se de Decreto Federal n.º 11.740. Inscrição exclusivamente pelo QRCode no edital ou link https://itatinga.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&is=46079. . Período de inscrição: de 20/09/2024, às 8h a 06/11/2024, às 23h59 – horário de Brasília. EDITAL E INFORMAÇÕES: www.itatinga.sp.gov.br. JOÃO BOSCO BORGES - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade **Pregão Eletrônico n°56/2024 -** Tipo de Licitação "Menor Valor Por Item"
Processo Administrativo nº 1085/2024 - **Edital de Licitação n° 68/2024**

OBJETO: *registrar preços para aquisição parcelada de fórmulas infantis e especiais, para atender as necessidades da Merenda escolar, Hospital São José e Atenção Básica. A presente aquisição de dietas para nutrição enteral/oral, fórmulas infantis e especiais e suplementos nutricionais, tanto para Assistência Hospitalar quanto para a Atenção Básica, pertencem à Secretaria Municipal de Saúde, bem como a aquisição para a Merenda Escolar, pertence a Secretaria Municipal de Educação, ambos do Município de Itirapina/SP e as quantidades descritas estão estimadas para consumo em 12 (doze) meses, não se obrigando a Administração Municipal pela aquisição de sua totalidade. A Prefeitura Municipal de Itirapina torna pública e a quem possa interessar que, será realizado a abertura da sessão pública em referência: ➢ Local*: https://bll.org.br//. *➢ Início de envio da Proposta*: **20 de setembro de 2024.** *➢ Recebimento de Propostas até*: **03 de outubro de 2024** – Horas: **08h 30min.** *➢ Início dos lances*: **03 de outubro de 2024** – Horas: **09h 00min.** Os interessados poderão examinar gratuitamente e adquirir o presente Edital: 1) No site municipal: www.itirapina.sp.gov.br; Na página eletrônica do BLL – Licitações Públicas: https://bll.org.br//; Requisitar nos e-mails: licitacao@itirapina.sp.gov.br, licitacao5@itirapina.sp.gov.br e licitacao6@itirapina.sp.gov.br.

Itirapina, 19 de setembro de 2024.
FLÁVIO SIQUEIRA FAGUNDES - Secretário Municipal da Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO
Estado de São Paulo

Edital de Pregão Eletrônico Prefeitura Municipal de Vinhedo n.º 88/2024 - Processo Administrativo nº 6141/2024 - Endereço Eletrônico: https://licitavinhedo.presconinformatica.com.br - Encontra-se aberta na Prefeitura Municipal de Vinhedo, licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para **"REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, CONFORME EDITAL E ANEXOS"**. O início do recebimento de propostas eletrônicas será do dia 20 de setembro de 2024 até o momento anterior ao início da sessão pública. A sessão pública será realizada no endereço eletrônico https://licitavinhedo.presconinformatica.com.br, dia 03 de outubro de 2024 a partir das 09:00 horas. O Edital na íntegra poderá ser obtido no sítio acima mencionado.

UASG – PENITENCIARIA "DR. ANTONIO DE SOUZA NETO" DE SOROCABA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 90015/2024

Modalidade: Pregão Eletrônico do tipo Menor Preço - Nº Processo: 006.00294631/2024-04 Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios. **Total de Itens Licitados:** 09(nove). **Valor Estimativo Total da Licitação:** R$ 222.805,28 (duzentos vinte e dois mil oitocentos e cinco reais e vinte e oito centavos. **Disponibilidade do edital:** 20/09/2024. **Horário:** 08h às 17h. **Endereço:** Av Dr. Antônio de Souza Neto 100 - Aparecidinha, Sorocaba/SP e Link: https://www.gov.br/pncp. **Entrega das Propostas:** a partir de 20/09/2024 às 8h no site: www.gov.br/compras. **Abertura das Propostas:** 04/10/2024 às 09h no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 013/24

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE NOVO CANIL COM 33 BAIAS PARA O CENTRO DE CONTROLE DE ZOONOSES, com fornecimento de material e disponibilização de mão de obra. Edital disponível em http://www.saojoao.sp.gov.br. Sessão pública: realização no site www.bllcompras.org.br. DATA: 08/10/2024 às 09h00min.

PENITENCIÁRIA "ASP ADRIANO AP. DE PIERI" DE DRACENA

AVISO DE ABERTURA

Encontra-se aberta na PENITENCIÁRIA "ASP ADRIANO APARECIDO DE PIERI" DE DRACENA, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** sob o número 019/2024-PD, objeto do **PROCESSO SEI n° 006.00338011/2024-86**, destinado a Aquisição de Materiais de Construção, entrega única, para o presente exercício. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no dia **03/10/2024, às 09h00**, no endereço eletrônico: www.gov.br/compras. A íntegra do Edital estará disponível no endereço eletrônico: www.gov.br/pncp, seção CONTRATAÇÕES > EDITAIS E AVISOS DE CONTRATAÇÕES. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (18) 3839-6250 ramais 206/268 e nesta Unidade, sito à Estrada Municipal Engenheiro Byron de Azevedo Nogueira, Km 09, Vicinal Dracena/Ouro Verde, Dracena-SP.

Dracena, 19 de setembro de 2.024.
ATHAÍDE NUNES DIAS - Diretor Técnico III

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINÓPOLIS

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 067/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 816/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura, de forma parcelada, de camisetas, jalecos e calças que servirá como uniforme pra diversos Departamentos, como também utilizado nas campanhas e na uniformização da rede de Ensino Municipal. **VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:** R$ 242.832,05. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** até às 08hs15min do dia 03/10/2024 (horário de Brasília). **ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:** 08hs20min do dia 03/10/2024 (horário de Brasília). **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** 08hs30min do dia 03/10/2024 (horário de Brasília). **LOCAL:** Sistema Eletrônico no Portal de Licitações no endereço "http://comprasbr.com.br". "Acesso identificado". **CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:** Na internet, no e-mail: licitacao@martinopolis.sp.gov.br, no endereço eletrônico: http://online.martinopolis.sp.gov.br:8079/comprasedital/ na opção 02, e no endereço eletrônico: comprasbr.com.br/processos/. No Departamento Municipal de Licitações, no endereço sito à Avenida Coronel João Gomes Martins, 525, Centro, Martinópolis, Estado de São Paulo, telefone (18) 3275-9500. Martinópolis, 19/09/2024 – VALDECI SOARES DOS SANTOS FILHO – Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 048/24

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO, REFORMA E INSTALAÇÃO DE TOLDOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL. Edital disponível em http://www.saojoao.sp.gov.br. Sessão pública: realização no site www.bllcompras.org.br. DATA: 04/10/2024 às 09h00min.

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE - DRS II ARAÇATUBA

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde de Araçatuba - DRS II, a licitação na modalidade Pregão Eletrônico 90085/2024, através do Sistema de Compras do Governo Federal (**www.compras.gov.br**) nos termos da Lei 14.133 de 01/04/2021 **PARTICIPAÇÃO AMPLA E RESTRITA**, referente à Aquisição de Medicamentos, para atender manutenção em Determinação Judicial, do tipo menor preço, a realização da sessão será dia 07/10/2024, 09:H00, no site: **www.compras.sp.gov.br**. Maiores informações poderão ser solicitadas através do email: drs2-falmeida@saude.sp.gov.br ou pelo telefone (18)3623-7010 ramais 271 ou 274

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE - DRS II ARAÇATUBA

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde de Araçatuba - DRS II, a licitação na modalidade Pregão Eletrônico 90086/2024, através do Sistema de Compras do Governo Federal (**www.compras.gov.br**) nos termos da Lei 14.133 de 01/04/2021 **PARTICIPAÇÃO AMPLA E RESTRITA**, referente à Aquisição de Medicamentos, para atender manutenção em Determinação Judicial, do tipo menor preço, a realização da sessão será dia 08/10//2024, 09:H00, no site: **www.compras.sp.gov.br**. Maiores informações poderão ser solicitadas através do email: drs2-falmeida@saude.sp.gov.br ou pelo telefone (18)3623-7010 ramais 271 ou 274

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE - DRS II ARAÇATUBA

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde de Araçatuba - DRS II, a licitação na modalidade Pregão Eletrônico 90087/2024, através do Sistema de Compras do Governo Federal (**www.compras.gov.br**) nos termos da Lei 14.133 de 01/04/2021 **PARTICIPAÇÃO AMPLA E RESTRITA**, referente à Aquisição de Medicamentos, para atender manutenção em Determinação Judicial, do tipo menor preço, a realização da sessão será dia 09/10/2024, 09:H00, no site: **www.compras.sp.gov.br**. Maiores informações poderão ser solicitadas através do email: drs2-falmeida@saude.sp.gov.br ou pelo telefone (18)3623-7010 ramais 271 ou 274



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - Acha-se aberto na Prefeitura do Município de Bragança Paulista o seguinte certame licitatório: PREGÃO ELETRÔNICO N° 077/2024 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS - DATA DA ABERTURA: 04.10.2024 ÀS 09:30 HORAS - O edital estará disponível no Balcão da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado, à Avenida Antônio Pires Pimentel, nº 2.015, Centro, em dias úteis das 09h00 às 16h00, no site www.braganca.sp.gov.br, e na plataforma www.novobbmnet.com.br. Bragança Paulista, 19 de setembro de 2024. STEFANIA PENTEADO CORRADINI RELA - Secretária Municipal de Administração em exercício.

PENITENCIÁRIA "DR. ENIO MENDES JUNIOR" DE CAPELA DO ALTO

AVISO DE ABERTURA
Pregão Eletrônico 90016/2024
Nº Processo: 006.00341712/2024-01

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis e Estocáveis (Relançamento) - Setembro a Dezembro 2024
Total de Itens Licitados: 20 (Vinte).
Valor total da licitação: R$ 348.538,10 (trezentos e quarenta e oito mil quinhentos e trinta e oito reais e dez centavos)
Disponibilidade do edital: 20/09/2024
Horário: das 08h00 às 17h00
Endereço: Rod. Raposo Tavares, Km 134 S/n - Bairro Capanema, Capela do Alto-SP; e
Link do PNCP: www.gov.br/pncp
Entrega das Propostas: a partir de 20/09/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 02/10/2024 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP

COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DAREGIÃO CENTRAL PENITENCIÁRIA "DR. ENIO MENDES JUNIOR" DE CAPELA DO ALTO

Encontra-se aberta na Penitenciária "Dr. Enio Mendes Junior" de Capela do Alto CHAMADA PÚBLICA n° 001/2024, objetivando a compra de Gêneros Alimentícios Hortifrutigranjeiros, com entrega parcelada, para consumo nesta Unidade Prisional no período de Outubro/2024 a Dezembro/2024 – PPAIS – Inexigibilidade de Licitação, cuja realização da sessão será no dia 01/10/2024 com início previsto às 09h00min. As propostas serão recebidas até o dia 30/09/2024 às 09h00min horas. O Edital e seus anexos estarão disponíveis aos interessados através do sítio eletrônico www.sap.sp.gov.br, www.itesp.sp.gov.br e www.cati.sp.gov.br/ppais ou poderá ser retirado na Diretoria do Centro Administrativo da Penitenciária "Dr. Enio Mendes Junior" de Capela do Alto, sito a Rodovia Raposo Tavares, KM 134, Bairro Capanema, Capela do Alto – SP, no período de 18/09/2024 à 30/09/

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

EDP Energias do Brasil S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 03.983.431/0001-03 - NIRE 35.300.179.731

Ata da 344ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de setembro de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada às 10 horas do dia 09 de setembro de 2024, na sede social da EDP - Energias do Brasil S.A. ("Companhia" ou "EDP Brasil"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codlog 44191-0, Prédio 22, Bloco A, Mezanino, Lapa de Baixo- CEP 05069-900, nos termos do artigo 20 do Estatuto Social da Companhia. **2. Convocação e Presença:** A reunião foi convocada na forma do artigo 17 do Estatuto Social da Companhia e instalada com a presença do Presidente do Conselho de Administração Sr. Miguel Stilwell de Andrade; do Vice-Presidente do Conselho de Administração Sr. Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira; e do Conselheiro de Administração Sr. João Manuel Veríssimo Marques da Cruz. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Miguel Stilwell de Andrade e secretariados pelo Sr. Fábio William Loreti. **4. Ordem do dia:** O Senhor Presidente da Mesa informou a todos que a presente reunião tinha por finalidade deliberar sobre a seguinte ordem de dia: **4.1** Aprovar a prestação de garantia fidejussória, por meio de fiança, prestada pela Companhia ("Fiança") em favor dos debenturistas, representados pela **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 17.343.682/0001-38 ("Agente Fiduciário"), para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento de todas as obrigações pecuniárias, principais e acessórias, bem como encargos moratórios aplicáveis, honorários advocatícios judiciais e extrajudiciais e das demais obrigações pecuniárias a serem previstas na Escritura de Emissão (conforme abaixo definida), inclusive, mas não limitado a, aquelas devidas ao Agente Fiduciário, nos termos do artigo 822 do Código Civil, a serem assumidas pela **EDP RENOVÁVEIS BRASIL S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.334.083/0001-20 ("Emissora"), no âmbito da sua 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, no montante de R$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), na data de emissão ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), a serem emitidas no âmbito do *"Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da EDP Renováveis Brasil S.A."* a ser celebrado entre a Companhia, a Emissora e o Agente Fiduciário ("Escritura de Emissão"), as quais serão objeto de distribuição pública em rito de registro automático, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, ("Resolução CVM 160") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"); e **4.2** Aprovar a autorização para os Diretores e/ou representantes legais da Companhia, incluindo, sem limitação, os procuradores devidamente constituídos nos termos de seu Estatuto Social, para negociar os demais termos e condições da Fiança, celebrar os respectivos documentos e tomar as providências necessárias à implementação e constituição da garantia fidejussória, incluindo eventuais aditamentos aos documentos da Emissão. **5. Deliberações:** Após discutida a matéria constante na Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram o quanto segue: **5.1** Aprovar a prestação da Fiança, pela Companhia e a celebração da Escritura de Emissão, pela Companhia, nos termos e condições a serem descritos na Escritura de Emissão; e **5.2** Aprovar a autorização aos Diretores e/ou representantes legais da Companhia, incluindo, sem limitação, procuradores devidamente constituídos nos termos de seu Estatuto Social, para negociar os demais termos e condições da Fiança, celebrar os respectivos documentos e tomar as providências necessárias à implementação e constituição da garantia fidejussória, incluindo eventuais aditamentos aos documentos da Emissão. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os membros do Conselho de Administração presentes. Os votos proferidos pelos membros do Conselho de Administração, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 20 do Estatuto Social da Companhia, serão juntados ao livro próprio logo após a transcrição da presente ata. Conselheiros: Presidente do Conselho de Administração Sr. Miguel Stilwell de Andrade; do Vice-Presidente do Conselho de Administração Sr. Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira; e do Conselheiro de Administração Sr. João Manuel Veríssimo Marques da Cruz. *Declaramos que a presente é cópia fiel da ata que integra o competente* livro. São Paulo, 09 de setembro de 2024. Fábio William Loreti - Secretário da Mesa. JUCESP nº 341.689/24-5 em 17/09/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.



IGUATEMI EMPRESA DE SHOPPING CENTERS S.A.

Companhia Aberta - Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 51.218.147/0001-93 - NIRE: 35.300.095.618

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de Setembro de 2024

1. Data, Hora e Local: Em 13 de setembro de 2024, às 18 horas, na sede social da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. ("Companhia"), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Angelina Maffei Vita, nº. 200, 9º andar, parte, CEP 01.455-070. **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação em virtude da presença dos conselheiros abaixo assinados representando a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **3. Mesa Dirigente:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Carlos Francisco Ribeiro Jereissati e o Sr. Pedro Jereissati, como Secretário. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(i)** a realização da 13ª (décima terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única da emissão da Companhia ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), no valor de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo), as quais serão objeto de distribuição pública sob o rito de registro automático de distribuição, sob o regime de garantia firme, em consonância com a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), o artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"); **(ii)** a autorização à Diretoria da Companhia para que, na forma prevista no estatuto social da Companhia, adote todas as medidas necessárias à realização e formalização da deliberação acima, incluindo, mas não se limitando, à celebração de todos os documentos necessários à Emissão e à Oferta, à formalização e efetivação da contratação dos prestadores de serviços da Emissão e da Oferta, conforme aplicável, em especial, porém não limitado, ao Coordenador Líder (conforme definido abaixo), ao Agente Fiduciário (conforme definido abaixo), **à Agência de Classificação de Risco (conforme definida abaixo), à instituição financeira para atuar como** escriturador das Debêntures, à instituição financeira para atuar como agente de liquidação das Debêntures, aos sistemas de distribuição e negociação das Debêntures e ao assessor legal, dentre outros, podendo, inclusive, celebrar aditamentos à Escritura de Emissão (conforme definido abaixo); e **(iii)** a ratificação dos atos já praticados pela Diretoria da Companhia, em consonância com as deliberações acima. **5. Deliberações:** Os conselheiros da Companhia, por unanimidade e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, aprovaram: **(i)** aprovar a realização da Emissão, cujos principais termos e condições serão formalizados nos termos do *"Instrumento Particular de Escritura da 13ª (décima terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A."* ("Escritura de Emissão"), os quais atenderão, dentre outras, as seguintes características: (a) **Número da Emissão.** As Debêntures representam a 13ª (décima terceira) emissão de debêntures da Companhia. (b) **Quantidade.** Serão emitidas 300.000 (trezentas mil) Debêntures. (c) **Número de Séries.** A Emissão será realizada em série única. (d) **Valor Total da Emissão.** O valor total da Emissão será de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Total da Emissão"). (e) **Data de Emissão.** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela prevista na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"). (f) **Valor Nominal Unitário.** O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R$1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário"). (g) **Destinação de Recursos.** Os recursos líquidos captados por meio da presente Emissão serão integralmente destinados a investimentos e/ou reforço de caixa da Companhia, até a Data de Vencimento (conforme abaixo definido). (h) **Espécie.** As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. (i) **Colocação e Procedimento de Distribuição.** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários e do artigo 26, inciso V, alínea "a", da Resolução CVM 160, sob regime de garantia firme de colocação, para o Valor Total da Emissão, com a intermediação de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), nos termos e condições dispostos no *"Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 13ª (décima terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A."*, a ser celebrado entre a Companhia e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição"). (j) **Agente Fiduciário.** A Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.434, bloco 7, Sala 201, Parte, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, será o agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Agente Fiduciário"). (k) **Agente de Liquidação e Escriturador.** O agente de liquidação da Emissão e escriturador das Debêntures será a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.434, bloco 7, sala 201, CEP 22640-102, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/000191 ("Agente de Liquidação" e "Escriturador", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Agente de Liquidação e/ou o Escriturador na prestação dos serviços relativos à Emissão e às Debêntures). (l) **Distribuição Primária, Negociação Secundária e Custódia Eletrônica.** As Debêntures serão depositadas para: (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da B3 e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. (m) **Conversibilidade.** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis e não permutáveis em ações de emissão da Companhia. (n) **Forma e Emissão de Certificados e Comprovação de Titularidade das Debêntures.** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela B3 em nome de cada Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente na B3. (o) **Prazo e Data de Vencimento.** Ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo), resgate antecipado decorrente de Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo), Aquisição Facultativa (conforme definido abaixo) com o consequente cancelamento da totalidade das Debêntures e eventual vencimento antecipado nos termos previstos na Escritura, as Debêntures terão seu vencimento em 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, conforme a data prevista na Escritura de Emissão ("Data de Vencimento"). (p) **Amortização do Valor Nominal Unitário.** Ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo, Amortização Extraordinária Facultativa, resgate antecipado decorrente de Oferta de Resgate Antecipado, Aquisição Facultativa ou eventual vencimento antecipado nos termos previstos na Escritura, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 2 (duas) parcelas, a partir do 5º (quinto) ano, inclusive, contado da Data de Emissão, sendo a primeira parcela devida na data indicada na Escritura de Emissão e a última, na Data de Vencimento, conforme tabela prevista na Escritura de Emissão. (q) **Atualização Monetária.** O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, não será atualizado monetariamente. (r) **Remuneração.** Sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (www.b3.com.br), acrescida exponencialmente de *spread* (sobretaxa) de 0,45% (quarenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). (s) **Periodicidade do Pagamento da Remuneração das Debêntures.** Ressalvados os pagamentos realizados em decorrência de Resgate Antecipado Facultativo, Amortização Extraordinária Facultativa, resgate antecipado decorrente de Oferta de Resgate Antecipado, Aquisição Facultativa ou eventual vencimento antecipado nos termos previstos na Escritura de Emissão, os valores relativos à Remuneração das Debêntures deverão ser pagos semestralmente, sendo o primeiro pagamento devido na data prevista na Escritura de Emissão e o último pagamento devido na Data de Vencimento (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"). (t) **Prazo de Subscrição e Integralização.** As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, durante o prazo de distribuição das Debêntures na forma prevista na Resolução CVM 160, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3, pelo seu Valor Nominal Unitário na data da primeira subscrição e integralização das Debêntures ("Data da Primeira Integralização"). Caso ocorra a subscrição e integralização das Debêntures em mais de uma data, o preço de subscrição para as Debêntures que forem integralizadas após a Data da Primeira Integralização será o seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização, inclusive, até a data de sua efetiva integralização, exclusive ("Preço de Subscrição"), observado que, em qualquer hipótese, ao Preço de Subscrição poderá ser aplicado ágio ou deságio, a ser definido exclusivamente pelo Coordenador Líder, se for o caso, no ato de subscrição das Debêntures, desde que aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures integralizadas em cada data de integralização e seja observado o disposto no Contrato de Distribuição. O ágio ou deságio, conforme o caso, será aplicado na ocorrência de uma ou mais condições objetivas de mercado, incluindo, mas não se limitando a, as seguintes: (i) alteração da taxa SELIC; (ii) alteração nas taxas de juros dos títulos do tesouro nacional; (iii) alteração na Taxa DI (conforme abaixo definido); ou (iv) alteração material nas taxas indicativas de negociação de títulos de renda fixa (debêntures, certificados de recebíveis imobiliários, certificados de recebíveis do agronegócio e outros) divulgadas pela ANBIMA. (u) **Repactuação Programada.** Não haverá repactuação programada das Debêntures. (v) **Resgate Antecipado Facultativo Total.** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, a partir da Data de Emissão, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures, sendo vedado o resgate parcial das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), observado os termos e condições previstos na Escritura de Emissão. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, os Debenturistas farão jus ao pagamento (i) do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido (ii) da Remuneração incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização, ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), até a Data do Resgate Antecipado Facultativo (conforme a ser definida na Escritura de Emissão) (exclusive), (iii) dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido) e de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures, se houver, e (iv) de Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo (conforme a ser definido na Escritura de Emissão). (w) **Amortização Extraordinária Facultativa.** Sujeito ao atendimento das condições previstas na Escritura de Emissão, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da anuência dos Debenturistas, a partir da Data de Emissão, realizar a amortização extraordinária facultativa limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures ("Amortização Extraordinária Facultativa"). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa, os Debenturistas farão jus ao pagamento (i) da parcela do Valor Nominal Unitário ou parcela do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a ser amortizada, acrescida da (ii) Remuneração incidente sobre a parcela do Valor Nominal Unitário ou parcela do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a ser amortizada, calculada pro rata *temporis* desde a Data da Primeira Integralização, ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), até a Data da Amortização Extraordinária Facultativa (exclusive); (iii) dos Encargos Moratórios e de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures, se houver; e (iv) de Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa (conforme a ser definido na Escritura de Emissão). (x) **Oferta de Resgate Antecipado.** A qualquer tempo a partir da Data de Emissão, a Companhia poderá realizar, a seu exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures resgatadas, observados os termos e condições a seguir ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitarem a oferta de resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão, sendo certo que o resgate antecipado no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado poderá ser realizado apenas para aqueles que aceitarem a Oferta de Resgate Antecipado, sem que haja necessidade de aceitação da totalidade dos Debenturistas. O valor a ser pago aos Debenturistas a título da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures objeto do resgate, acrescido (i) da Remuneração incorrida e ainda não paga desde a Data da Primeira Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), até a Data do Resgate decorrente de Oferta (exclusive); (ii) se for o caso, do prêmio de resgate indicado na Comunicação da Oferta de Resgate Antecipado (conforme a ser definida na Escritura de Emissão); e (iii) dos demais valores eventualmente devidos e não pagos nos termos a serem definidos na Escritura de Emissão. (y) **Aquisição Facultativa.** A Companhia poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, a partir da Data de Emissão, adquirir Debêntures, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor, por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia, desde que observado o disposto no artigo 55, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, na regulamentação aplicável da CVM, incluindo os termos da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, conforme em vigor e as restrições de negociação previstas na Resolução CVM 160 ("Aquisição Facultativa"). (z) **Encargos Moratórios.** Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures que continuarão incidindo até a data do efetivo pagamento dos valores devidos nos termos da Escritura de Emissão, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os valores vencidos e não pagos pela Companhia ficarão sujeitos a (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora não compensatórios calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento (inclusive) até a data do seu efetivo pagamento (exclusive), à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata die, sobre o montante devido e não pago, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios"). (aa) **Classificação de Risco**. Será contratada, pela Companhia, como agência de classificação de risco da Emissão a Fitch Ratings Brasil Ltda. ("Agência de Classificação de Risco", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder a Agência de Classificação de Risco na prestação de tais serviços), a qual deverá atribuir classificação de risco (rating) às Debêntures. Durante o prazo de vigência das Debêntures, a Companhia deverá manter contratada a Agência de Classificação de Risco para a atualização anual da classificação de risco (rating) da Emissão, nos termos da regulamentação vigente, contada da data do primeiro relatório e até a Data de Vencimento ou até o integral cumprimento, pela Companhia, de todas as suas obrigações previstas na Escritura de Emissão, o que ocorrer primeiro. (ab) **Local de Pagamento.** Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3. (ac) **Vencimento Antecipado.** O Agente Fiduciário, observado o disposto na Escritura de Emissão, deverá, em caso de hipótese de vencimento antecipado automático, ou poderá, por meio de Assembleia Geral de Debenturistas em caso de hipótese de vencimento antecipado não automático, e respeitados os prazos de cura, quando aplicáveis, declarar ou considerar, respectivamente, antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* a partir da Data da Primeira Integralização, ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), até a data do efetivo pagamento (exclusive), e dos Encargos Moratórios, se houver, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, nos termos da Escritura de Emissão, na ocorrência de quaisquer dos eventos a serem previstos na Escritura de Emissão ("Eventos de Vencimento Antecipado"). (ad) **Demais Características da Emissão.** As demais características da Emissão e das Debêntures serão aquelas especificadas na Escritura de Emissão das Debêntures. **(ii)** Autorizar a Diretoria da Companhia a (a) negociar e celebrar todos os atos, instrumentos e seus eventuais aditamentos, incluindo a Escritura de Emissão e o Contrato de Distribuição, assim como praticar todos os atos necessários à realização da Emissão e da Oferta e, ainda, representa-la perante quaisquer entidades públicas ou privadas com o fim de obtenção do registro da Oferta, incluindo os eventuais aditamentos à Escritura de Emissão e ao Contrato de Distribuição; e (b) contratar os prestadores de serviços no âmbito da Emissão e da Oferta, conforme aplicável, em especial, porém não limitado, ao Coordenador Líder, ao Agente Fiduciário, **à Agência de Classificação de Risco,** à instituição financeira para atuar como escriturador das Debêntures, à instituição financeira para atuar como agente de liquidação das Debêntures, aos sistemas de distribuição e negociação das Debêntures e ao assessor legal. **(iii)** Ratificar todos os atos eventualmente já praticados pela Diretoria da Companhia no âmbito da Emissão e da Oferta, em consonância com as deliberações anteriores. **6. Encerramento, Lavratura e Aprovação da Ata**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião e lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. Presidente: Sr. Carlos Francisco Ribeiro Jereissati; Secretário: Sr. Pedro Jereissati. Membros do Conselho de Administração: Carlos Francisco Ribeiro Jereissati, Carlos Jereissati e Pedro Jereissati. Confere com a ata original lavrada em livro próprio. São Paulo, 13 de setembro de 2024. **Pedro Jereissati** - Secretário.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PEDREIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 14/2024 - Processo Licitatório nº 15/2024 - UASG 930588

Objeto: Registro de preços para prestação de serviços de área / aterro / reciclagem licenciado para destinação final de resíduos classe II de acordo com as normas NBR 10.004, oriundos de atividades de manutenção de redes públicas e serviços de obras executados pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pedreira, considerados como resíduos da construção civil (entulhos, terra e madeiras). CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço unitário - MODO DE DISPUTA: Aberto. A Sessão Pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.gov.br/compras, às 09h00 do dia 07/10/2024. O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados a partir do dia 20/09/2024 no site da Autarquia, através do portal www.saaepedreira.com.br no link Licitações, junto ao pregão eletrônico correspondente. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Setor de Licitações e Contratos, de 2ª à 6ª feiras (exceto feriados ou pontos facultativos), das 08h00min às 17h00min, Fone: (19)3852-4653. Pedreira, 19 de Setembro de 2024. Leonardo Selingardi - DIRETOR GERAL INTERINO DO SAAE.

Lemam Construções e Comércio S.A.

CNPJ/ME nº 04.002.395/0001-12 - NIRE 35.300.504.151

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 01 de Março de 2023

Data, Hora e Local: No dia 01/03/2023, às 10h, na de sede da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo/SP, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1.748, conjunto 1.105, bairro Cidade Monções, CEP 04571-000. **Convocação e Presença:** Convocação dispensada, nos termos do disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença do único acionista da Companhia, **LCC Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, representando a totalidade do capital social da Companhia. **Composição da Mesa:** Presidente: Sra. Lidiane Oliveira de Moraes; Secretário: Sr. Ronaldo Alves Pereira. **Ordem do Dia:** Deliberar acerca das seguintes matérias: (i) alteração da redação do Artigo 15º do Estatuto Social, a fim de prever uma Diretoria da Companhia a ser composta por até 03 membros; (ii) eleição e reeleição dos Diretores da Companhia; e (iii) outros interesses da Companhia. **Deliberações:** Restaram aprovadas por unanimidade, sem quaisquer ressalvas ou restrições, as seguintes matérias: **(i)** a alteração na Diretoria da Companhia, no sentido de prever sua composição por até 03 membros, sendo, 1 Diretor Técnico de Engenharia, 1 Diretor Administrativo Financeiro e 1 Diretor Estatutário. Nesses termos, foi aprovada a alteração do caput do artigo 15º do Estatuto Social que, devidamente adaptado, passa a vigorar com a redação abaixo: "**Artigo 15º:** A Diretoria será composta por até 03 membros, sendo, 1 Diretor Técnico de Engenharia, 1 Diretor Administrativo Financeiro e 1 Diretor Estatutário, todos com mandato unificado de 2 anos, permitida a reeleição, acionistas ou não, residentes no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral da Companhia." **(ii)** a eleição da Sra. **Erika Renata dos Reis**, brasileira, casada, engenheira civil, CPF/ME nº 191.336.888-26, RG nº 27.148.149, com endereço comercial na Cidade de SP/SP, CEP 04571-000, para o cargo de **Diretora Técnica de Engenharia** da Companhia, com mandato iniciando-se na presente data e encerrando-se em 01/03/2025, ou até a assembleia geral ordinária da Companhia que deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2024, caso tal assembleia não tenha ocorrido até 01.03.2025, ficando desde já empossada em seu cargo mediante a assinatura do respectivo termo de posse na forma do Anexo Único, lavrados no livro de Atas de Reunião da Diretoria. **(iii)** a reeleição dos Srs. (i) **Ronaldo Alves Pereira**, brasileiro, casado, economista, CPF/ME nº 127.818.958-06, RG nº 20.616.227, com endereço comercial na Cidade de SP/SP, CEP 04571-000, para o cargo de **Diretor Administrativo Financeiro**; e (ii) **Lidiane Oliveira de Morais**, brasileira, solteira, maior de idade, secretária executiva, CPF/ME nº 013.366.425-21, RG nº 38.811.743-6, com endereço comercial na Cidade de SP/SP, CEP 04571-000, para o cargo de **Diretora Estatutária**, ambos com mandato iniciando-se na presente data e encerrando-se em 01/03/2025, ou até a assembleia geral ordinária da Companhia que deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2024, caso tal assembleia não tenha ocorrido até 01.03.2025. **Encerramento:** Nada havendo mais para tratar e deliberar, a Presidente da Mesa providenciou o encerramento da reunião, da qual foi lavrada a presente ata que, lida a aprovada, foi assinada por todos os presentes. Certifico que a presente é cópia fiel à Ata lavrada em livro próprio. **Mesa**: **Lidiane Oliveira de Moraes -** Presidente**. Ronaldo Alves Pereira -** Secretário. **Acionista**: **LCC Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia,** representado por sua administrador Terra Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. **JUCESP** 132.386/23-9 em 31/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 112/2024 cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE CADEIRA DE RODAS ADAPTADA PARA PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS ATENDIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**. O período de envio das propostas será a partir de 23/09/2024 até 08/10/2024 às 08:00h no endereço eletrônico bll.org.br. O início da disputa ocorrerá no dia 08/10/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br ou bll.org.br. Edital à disposição na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 23/09/2024. Orlândia, SP, 19 de Setembro de 2024. SÉRGIO AUGUSTO BORDIN JÚNIOR. Prefeito Municipal.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 114/2024 cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇO PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE CLIMATIZAÇÃO (ARES-CONDICIONADOS E VENTILADORES PARA SUPRIMENTO DE AR EXTERNO) PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO NAS UNIDADES ESCOLARES**. O período de envio das propostas será a partir de 23/09/2024 até 04/10/2024 às 08:00h no endereço eletrônico bll.org.br. O início da disputa ocorrerá no dia 04/10/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br ou bll.org.br. Edital à disposição na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 23/09/2024. Orlândia, SP, 19 de Setembro de 2024. SÉRGIO AUGUSTO BORDIN JÚNIOR. Prefeito Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 050/24 – Registro de Preços para eventual fornecimento de insumos médico-hospitalares, para atender a demanda gerada pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência deste Edital, do tipo **MENOR VALOR TOTAL DO LOTE.** Despacho da Secretaria Municipal de Saúde, **SUSPENDENDO TEMPORARIAMENTE** a sessão do pregão epigrafado, previamente marcada para o dia 02/10/24 às 9 horas, tendo em vista as impugnações apresentadas tempestivamente pelas empresas: ARAMED COMERCIAL HOSPITALAR LTDA, AMC SAUDE COMERCIAL HOSPITALAR LTDA, RIOQUIMICA S/A e ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA.

ALYNNE SILVA SOUSA

Secretária Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 284/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ESTUDOS GEOTÉCNICOS DE SONDAGEM A PERCUSSÃO SPT DE SOLO PARA A ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DOS SEGUINTES LOCAIS: CRÁS RESEDÁS, CRECHE JACARANDÁS, CSU DURVAL, PS INFANTIL E UBS IPÊS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 20/09/2024 das 8:00h até 25/09/2024 às 8:00h. PERÍODO DE LANCES: 6 (seis) horas - 25/09/2024 das 8:30h às 14:30h. PROCESSAMENTO: Plataforma BLL – BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL – https://bllcompras.com.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

PUBLICIDADE DOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO

*****AVISO DE LICITAÇÃO*****

Encontram-se abertos no Depto. de Licitações e Contratos, sito na Av. N. Sra. Do Bom Sucesso, nº 144, Bairro Alto do Cardoso:

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO 103/2024 (PMP 11799/2024)

Para "Aquisição de materiais de enfermagem" com recebimento das propostas até dia 08/10/2024 às 07h59 e início da sessão às 08h00.

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO 123/2024 (PMP 14317/2024)

Para "Aquisição de brocas e instrumentais odontológicos para manutenção dos atendimentos em saúde bucal do Município pelo período de 12 meses" com recebimento das propostas até dia 03/10/2024 às 07h59 e início da sessão às 08h00.

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO 136/2024 PMP 16326/2024

Para "Contratação de empresa especializada no fornecimento de cestas básicas de gênero alimentício e materiais de higiene e limpeza, para atender a demanda de atendimento de famílias de baixa renda acompanhadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social no Município de Pindamonhangaba e pacientes acompanhados pelo Departamento de Proteção aos Riscos e Agravos à Saúde" com recebimento das propostas até dia 17/10/2024 às 07h59 e início da sessão às 08h00.

Todos os editais estarão disponíveis no site www.pindamonhangaba.sp.gov.br (e também https://licitar.digital/ para pregões eletrônicos). Maiores informações no endereço acima das 8h às 17h ou através do tel.: (12) 3644-5600.

*****IMPUGNAÇÃO*****

CHAMAMENTO PÚBLICO 11/2024 (PMP 11330/2024)

A Autoridade Superior, nos termos do Decreto 5.828 de 21 de julho de 2020, com base na manifestação da Secretaria Municipal de Saúde, negou provimento em 18/09/2024 à impugnação interposta Via 1Doc (Protocolo 57.814/2024), pela empresa HOSPITAL MAHATMA GANDHI, mantendo o instrumento convocatório do processo supra que cuida de "Seleção de ORGANIZAÇÃO SOCIAL devidamente qualificada, nos termos da Lei Municipal nº 5.801, de 1º de julho de 2015 regulamentada pelos Decretos nº 5.308 de 18 de abril de 2016 e nº 6.579 de 23 de fevereiro de 2024, para celebração de Contrato de Gestão para gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde na Unidade de Pronto Atendimento de Moreira César - UPA, na forma do Processo n.º 11.330/2024".

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Pregão Eletrônico nº 176/2024

Objeto: Registro de preços para aquisição de enxoval cirúrgico para o hospital municipal e para a saúde bucal. Data e hora limite para credenciamento no sitio da BNC até: 03/10/2024 às 08h30. Data e hora limite para recebimento das propostas até: 03/10/2024 às 08h30. Início da disputa da etapa de lances: 03/10/2024 às 09h. Obtenção do Edital: gratuito através do sítio https://paulinia.obaratec.com.br/ords/paulinia/f?p=839:23 ou https://bnccompras.com/Home/Login.

Paulínia, 19 de setembro de 2024.

Ednilson Cazellato - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 012/24

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE PRAÇA NO JARDIM MAGALHÃES, com fornecimento de material e disponibilização de mão de obra. Edital disponível em http://www.saojoao.sp.gov.br. Sessão pública: realização no site www.bllcompras.org.br. DATA: 07/10/2024 às 09h00min.

FUNDAÇÃO HÉLIO AUGUSTO DE SOUZA - FUNDHAS

CNPJ nº 57.522.468/0001-63

AVISO DE LICITAÇÃO

UASG 926639 - Processo de Compra Digital n° 141/2024

Edital n° 14/2024 - Pregão Eletrônico n° 90013/2024

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos de Informática, pelo período de 1 ano. Início da sessão: 04/10/2024, às 8h30, horário de Brasília - DF, no endereço eletrônico: www.gov.br/compras. O Edital, contendo as condições de participação e informações sobre o processo licitatório, está disponível nos sites www.gov.br/compras e www.fundhas.org.br (link Licitações).

SJCampos, 16 de setembro de 2024.

George Lucas Zenha de Toledo - Diretor Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

PREGÃO ELETRÔNICO ABERTO JUNTO AO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES:

Nº: 051/2024 **- OBJETO:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA EXAMES LABORATORIAIS I - **ABERTURA DA LICITAÇÃO:** 02 de outubro de 2024, às 09:00 horas. Disponíveis no Portal eletrônico de compras governamentais, no endereço www.gov.br/compras. O Edital e seus anexos estarão disponíveis no site www.suzano.sp.gov.br. Eventuais dúvidas pelo telefone (11) 4745-2191.

RODRIGO ARAKAKI - Agente de Contratação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO

Aviso de Licitação

Pregão Eletrônico Nº 045/2024

Processo Administrativo Nº 111/2024

Modalidade: Pregão Eletrônico. Tipo: Menor Preço Global. Objeto: Registro de Preços para instalação e desinstalação de aparelhos de ar condicionado, destinados a atender as demandas das Secretarias requisitantes do município, conforme especificações contidas no Edital e Memorial Descritivo. Data do início do prazo para envio da proposta eletrônica: 23 de Setembro de 2024. Data e hora da abertura da sessão pública: 07 de Outubro de 2024, às 09:00h. Aquisição do Edital: Poderá ser adquirido na íntegra, na Praça Martinico Prado, 1626 ou através do site: www.morroagudo.sp.gov.br. Informações através do telefone (16) 3851-1400. Morro Agudo/SP, 19/09/2024. Vinícius Cruz de Castro, Prefeito Municipal.

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE - DRS II ARAÇATUBA

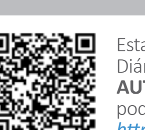
Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde de Araçatuba - DRS II, a licitação na modalidade Pregão Eletrônico 90092/2024, através do Sistema de Compras do Governo Federal (**www.compras.gov.br**) nos termos da Lei 14.133 de 01/04/2021 **PARTICIPAÇÃO AMPLA E RESTRITA**, referente à Aquisição de Medicamentos, para atender manutenção em Determinação Judicial, do tipo menor preço, a realização da sessão será dia 10/10//2024, 09:H00, no site: **www.compras.sp.gov.br**. Maiores informações poderão ser solicitadas através do email: drs2-falmeida@saude.sp.gov.br ou pelo telefone (18)3623-7010 ramais 271 ou 274



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - Acha-se aberto o seguinte certame licitatório na Prefeitura do Município de Bragança Paulista: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 004/2024 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TRATAMENTO DE FUNDAÇÕES PARA ATERRO SOBRE SOLOS COMPRESSÍVEIS, NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA PAULISTA - SP, CONFORME ANEXOS TÉCNICOS FORNECIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS. DATA DE ABERTURA: 31 de outubro de 2024 – 09:30h. O edital e seus anexos estarão disponíveis no site www.braganca.sp.gov.br, e na plataforma www.novobbmnet.com.br, e também no Balcão da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado, à Avenida Antônio Pires Pimentel, nº 2.015, Centro, em dias úteis das 09h00 às 16h00. Bragança Paulista, 19 de setembro de 2024. STEFANIA PENTEADO CORRADINI RELA - Secretária Municipal de Administração em Exercício.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676



CONTEXTO JURÍDICO

EDIÇÃO NACIONAL

STF e CNJ lançam campanha de combate ao capacitismo

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, anunciou, quarta-feira (18) o lançamento da campanha "O que você tem a ver com isso?", de combate ao capacitismo - atitudes e práticas que subestimam a capacidade das pessoas com deficiência. "O capacitismo está em toda a sociedade, e essa campanha traz a reflexão do papel da família, da escola, do Estado, das empresas, da polícia e, principalmente, do Poder Judiciário no enfrentamento à discriminação contra as pessoas com deficiência no país", afirmou o ministro.

A prática também é tipificada como crime e pode resultar em pena de um a três anos e multa, conforme o artigo 88 da Lei Brasileira de Inclusão, ou Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015). Com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2022, Barroso observou que o Brasil tem 18,6 milhões de pessoas com deficiência. A taxa de participação da força de trabalho entre pessoas sem deficiência foi de 66,4%, enquanto entre as pessoas com deficiência ela cai para 29,2%. Segundo ele, no Judiciário esses números são ainda menores. "Apenas 0,8% de magistrados e 2,9% de servidores são pessoas com deficiência", informou.

Vídeo educativo - No lançamento da campanha, foi exibido um vídeo que será divulgado nas redes sociais do STF e do CNJ, com a participação de influenciadores, servidores, juízes e especialistas no tema. Entre eles, estão a juíza do TJRO Larissa Camargo Pinho, a ex-atleta Laís Souza e a integrante do Comitê dos Direitos de Pessoas com Deficiência do CNJ Isadora Nascimento, todas com deficiência.

Aberto prazo para amicus curiae em IAC sobre termo de compromisso da tragédia de Brumadinho

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Antonio Carlos Ferreira abriu prazo de 15 dias para que interessados se habilitem para intervir, como amici curiae, no Incidente de Assunção de Competência 18 (IAC 18), relativo à indenização dos danos causados pelo rompimento da barragem de rejeitos da mina Córrego do Feijão, no município de Brumadinho (MG).

Em decorrência do desastre, a empresa e a Defensoria Pública mineira assinaram um termo de compromisso com previsão de medidas reparatórias e compensatórias em favor das vítimas, além de critérios para cálculo das indenizações. O recurso submetido ao rito do IAC teve origem em execução ajuizada por uma das vítimas da tragédia.

A controvérsia do IAC, que tramita na Segunda Seção, diz respeito à caracterização do termo de compromisso firmado entre a Defensoria Pública de Minas Gerais e a Vale S.A. como título executivo extrajudicial, para o efeito de permitir o ajuizamento de ações individuais, bem como à legitimidade das vítimas para sua execução.

Na avaliação do ministro, a intervenção de interessados "possibilita a pluralização do debate, com o oferecimento de argumentos que enriquecem a solução da controvérsia, ao mesmo tempo em que confere maior amparo democrático e social às decisões proferidas por esta corte".

Suspensa ação trabalhista em que mãe do menino Miguel pede indenização por danos morais

O ministro Marco Aurélio Bellizze, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), suspendeu o trâmite da reclamação trabalhista movida pela mãe do menino Miguel Otávio Santana da Silva, que morreu em 2020, com cinco anos de idade, após cair do prédio onde ela trabalhava, no Recife. O ministro considerou que o pedido de danos morais - um dos tópicos da ação - não está diretamente relacionado ao contrato de trabalho entre a mãe do menino e sua ex-empregadora, Sari Corte Real - o que afeta a competência para o caso. A decisão vale até que a Segunda Seção julgue definitivamente a questão.

Ressalvando o caráter superficial da análise envolvida na concessão da liminar, Bellizze afirmou que "um dos objetos da reclamação trabalhista, especificamente sobre a indenização por danos morais decorrente da morte da criança, não está relacionado ao contrato de trabalho em si, ainda que, no momento do fato danoso, existisse uma relação trabalhista entre as partes, de maneira que, a princípio, a competência seria da Justiça comum, motivo pelo qual se mostra prudente o sobrestamento da reclamação trabalhista".

Paralelamente à ação na Justiça do Trabalho, foi ajuizada outra na Justiça comum estadual, relacionada à morte de Miguel, que caiu do nono andar do prédio no qual a sua mãe trabalhava como doméstica. No momento do acidente, ele tinha sido deixado aos cuidados da então patroa dela, a primeira-dama do município de Tamandaré (PE), Sari Corte Real, enquanto a mãe passeava com os cães dos empregadores.

Programa STJ Internacional é lançado em conferência sobre cooperação judicial com a África

A conferência Cooperação Brasil-África: Presente e Perspectivas, realizada, terça-feira (17), no Superior Tribunal de Justiça, marcou o lançamento do programa STJ Internacional, iniciativa da corte para promover a cooperação judicial entre o Brasil e outras partes do mundo. Esta primeira edição do evento reuniu ministros do STJ, representantes do Ministério das Relações Exteriores (MRE), embaixadores de países africanos no Brasil e embaixadores do Brasil na África.

Na mesa do evento, da esquerda para a direita, os embaixadores Martin Agbor Mbeng e Carlos Sérgio Sobral Duarte e os ministros Herman Benjamin, João Otávio de Noronha, Benedito Gonçalves e Regina Helena Costa.

O presidente do STJ, ministro Herman Benjamin, deu as boas-vindas aos representantes de 30 países africanos presentes. Ele apresentou algumas informações sobre o tribunal e anunciou o lançamento do programa STJ Internacional, destacando que o Brasil tem longa relação histórica com a África e ressaltando a importância de fortalecer esses laços. Segundo o ministro, o Brasil é "o maior país africano fora da África" - referência à forte influência africana na cultura e na formação da população brasileira.

Os ministros João Otávio de Noronha e Benedito Gonçalves, que estarão à frente do programa, também participaram da mesa de abertura do evento, bem como a ministra Regina Helena Costa, que conduziu os debates; o secretário de África e Oriente Médio do MRE, embaixador Carlos Sérgio Sobral Duarte, e o embaixador de Camarões no Brasil, Martin Agbor Mbeng.

Em reunião sobre emergência climática, presidente do STF apresenta ações e decisões do Judiciário sobre o tema

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, afirmou, terça-feira (17), que a emergência climática é uma preocupação atual e não mais direcionada às próximas gerações. "Essa é uma questão relacionada aos direitos fundamentais dos que estão vivendo aqui e agora", afirmou, durante reunião com os chefes dos três Poderes no Palácio do Planalto.

A reunião foi convocada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para discutir ações de enfrentamento aos incêndios florestais e às queimadas no país. No encontro, Barroso apresentou as ações e as decisões do Supremo referente ao tema.

(Foto: STF)



A reunião foi convocada pelo presidente Lula para discutir ações de enfrentamento aos incêndios florestais e às queimadas no país.

O presidente destacou um conjunto de decisões do ministro Flávio Dino, entre elas a que determinou a suspensão do prazo mínimo exigido para a recontratação de bombeiros, a fim de aumentar a força brigadista. Dino também autorizou a abertura de créditos extraordinários fora das metas fiscais para fazer frente aos incêndios na Amazônia e no Pantanal e determinou a liberação dos recursos do Fundo da Polícia Federal para serem investidos no enfrentamento de queimadas. Em outro processo, determinou a convocação imediata de bombeiros militares para a Força Nacional.

Barroso também lembrou que outro conjunto de decisões, sob a responsabilidade do ministro André Mendonça, envolvem a reestruturação e o fortalecimento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Segundo ele, é importante estruturar adequadamente as instituições de proteção ambiental e de proteção às comunidades indígenas.

Inquéritos sobre infração ambiental - O ministro informou que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou duas recomendações. Uma delas orienta a magistratura a dar preferência a inquéritos criminais ou cíveis que tratem de infrações ambientais, incluindo questões que envolvam medidas cautelares como buscas e apreensões e prisões preventivas. "Com isso, vamos mobilizar os juízes de todo o país para a gravidade do que está acontecendo", disse. "Vou me dirigir aos presidentes de tribunais enfatizando a importância desse enfrentamento e espero que possamos colaborar de maneira decisiva para minimizar os efeitos dessa calamidade que afeta o país inteiro".

Defesa Civil dos Estados - A outra recomendação é para que multas pecuniárias e em ações coletivas depositadas em contas judiciais sejam direcionadas à Defesa Civil dos estados. "No caso das enchentes do Rio Grande do Sul, conseguimos transferir R$ 200 milhões para a da Defesa Civil", lembrou.

Pacto pela transformação ecológica - Barroso afirmou que o STF, a Presidência da República, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal trabalharam em conjunto para o decreto que vai instituir o Comitê de Gestão e Execução do Pacto pela Transformação Ecológica. "Acho que o pacto tem, igualmente, potencialidades imensas para o enfrentamento dessa questão", disse.

STF prorroga por 90 dias prazo para conciliação em processo sobre poder de voto da União na Eletrobras

(Foto: EBC)



Nunes Marques destacou a necessidade de garantir o final das tratativas de conciliação para promover a segurança jurídica e o interesse público.

O ministro Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), prorrogou por 90 dias o prazo para as tratativas de uma solução consensual na demanda que envolve o poder de voto da União na Eletrobras (Centrais Elétricas Brasileiras S.A) que estão sendo realizadas na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF).

No início de agosto, o ministro atendeu a um pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Eletrobras formulado na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7385 e estendeu o prazo para as negociações em 45 dias. Na ocasião, foi informado que as tratativas estavam em fase avançada e que as partes estavam engajadas na busca de uma solução consensual.

Ao formular o novo pedido de prorrogação, a AGU e a Eletrobras ressaltaram a complexidade e a sensibilidade da controvérsia e asseguraram que o objetivo é resolver as questões de maneira abrangente e definitiva, dando estabilidade e confiança aos contratos firmados e evitando disputas e incertezas jurídicas. Ao atender ao pedido, o ministro Nunes Marques destacou a necessidade de garantir o final das tratativas de conciliação para promover a segurança jurídica e o interesse público. Ele determinou ainda que, ao final do prazo, as partes envolvidas comprovem o engajamento para a resolução da controvérsia, os avanços das negociações e os ajustes firmados, ainda que parciais.

Relacionamento entre sugar daddy e adolescente maior de 14 configura crime de exploração sexual

O relacionamento entre adolescente maior de 14 e menor de 18 anos (sugar baby) e um adulto (sugar daddy ou sugar mommy) que oferece vantagens econômicas em troca de sexo configura o crime previsto no artigo 218-B, parágrafo 2º, I, do Código Penal.

Com esse entendimento, a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve a condenação de um americano a quatro anos e oito meses de reclusão por exploração sexual de uma menina de 14 anos. Segundo o processo, os dois se conheceram em um site de relacionamentos que favorece o arranjo do tipo sugar daddy-sugar baby, em que há troca de benefícios econômicos por favores sexuais entre uma pessoa madura, bem posicionada financeiramente, e outra mais jovem, muitas vezes menor de idade.

Em janeiro de 2021, o americano pagou passagens aéreas para a menor, a mãe e o irmão dela, bem como hospedagem em hotel de luxo no Rio de Janeiro e outras vantagens econômicas indiretas. Sob a promessa de auxílio em sua carreira de influencer digital, a menor foi submetida a atos libidinosos pelo estrangeiro.

Na ocasião, testemunhas chamaram a polícia, que flagrou o homem e a menina em um quarto do hotel. O estrangeiro foi denunciado pelo Ministério Público e condenado a dez anos de reclusão em primeiro grau, pena reduzida para quatro anos e oito meses pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ).

Proteção à dignidade e à integridade sexual de indivíduos vulneráveis - Ao falar da relação entre moral e direito penal, o relator do caso na Quinta Turma, ministro Ribeiro Dantas, disse que o artigo 218-B do Código Penal estabelece penas rigorosas para aqueles que facilitam ou promovem a prostituição ou outra forma de exploração sexual de menores de 18 anos, "tratando-se de um tipo penal que busca proteger a dignidade e a integridade sexual dos indivíduos mais vulneráveis".

Ministro Gilmar Mendes participa de solenidade de lançamento de selo comemorativo pelos 30 anos do Plano Real

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), participou, na manhã de quarta-feira (18), de cerimônia de lançamento do selo comemorativo aos 30 anos do Plano Real no Ministério das Comunicações. A solenidade contou ainda com as presenças do ministro das Comunicações, Juscelino Filho, do presidente dos Correios, Fabiano dos Santos, e de outras autoridades.

A proposta de produzir selos para homenagear as três décadas do Real partiu do ministro Gilmar Mendes e foi acolhida pelo Ministério das Comunicações e pelos Correios, que podem lançar até cinco estampas postais comemorativas por ano. Os temas são sugeridos pela sociedade e selecionados pela Comissão Filatélica Nacional dos Correios, por meio do Programa de Selos Postais (PSP).

Para o decano do Supremo, o momento é de reflexão sobre como foi difícil superar os desafios da hiperinflação. "O Plano Real faz parte desse Brasil que dá certo, e isso é animador. Os Correios estão de parabéns de ter tomado a iniciativa de eternizar esse momento", afirmou.

O ministro lembrou que a alta inflação prejudicava toda a economia, mas tinha um efeito mais perverso sobre a população mais pobre, que perdia dia a dia o seu poder de compra com a remarcação desenfreada de preços. "O Plano Real é parte indelével da história brasileira e merece a nossa celebração".

Juscelino Filho, ministro das Comunicações, destacou que o Plano Real transcende qualquer governo e promoveu, além de uma reforma econômica, também uma reforma social. Já o presidente dos Correios, Fabiano dos Santos, afirmou que o selo representa o registro de um marco significativo na história.

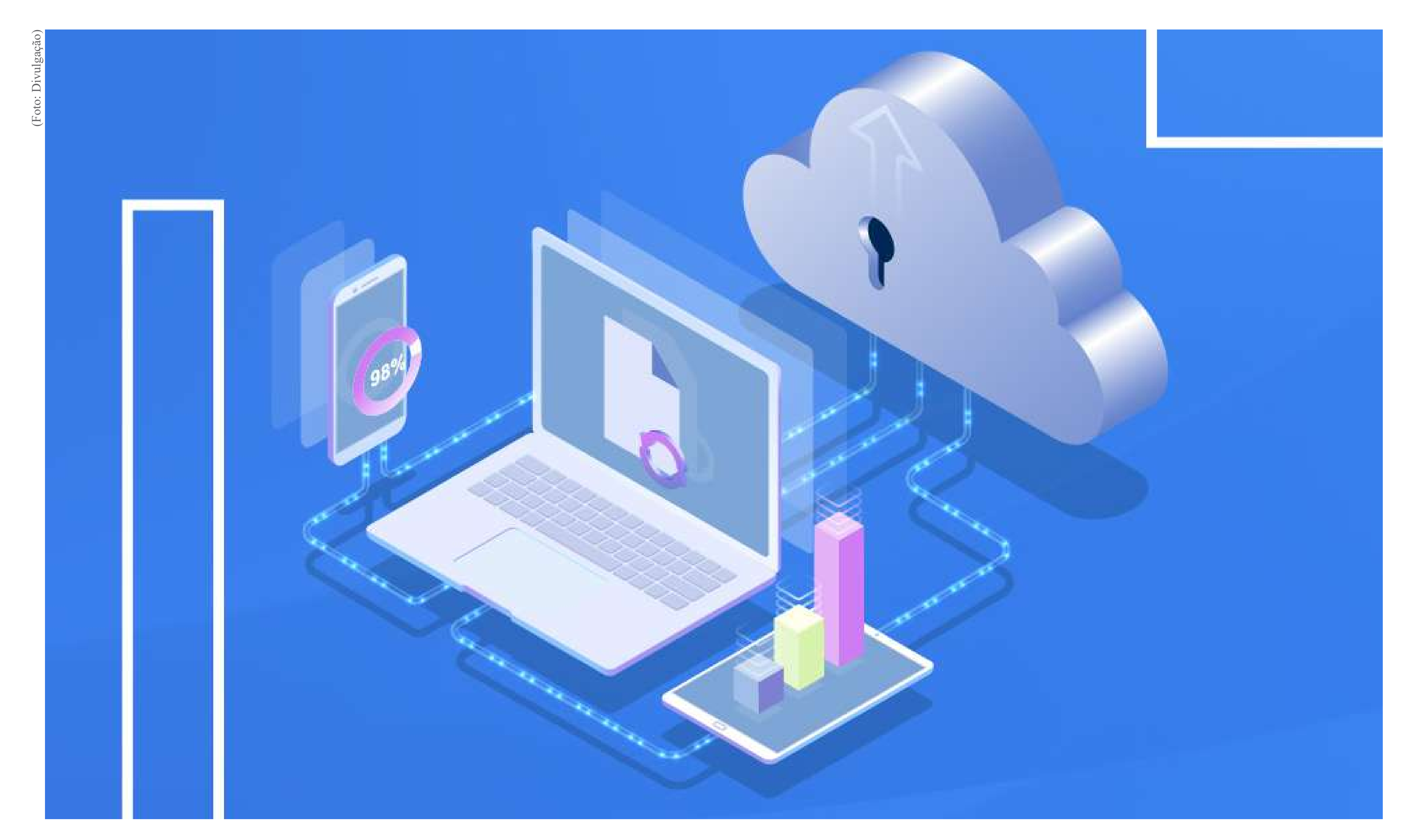
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676



2º CADERNO

TECNOLOGIA

(Foto: Divulgação)



Mitos e verdades sobre Segurança na Nuvem

___ Roberto Martins, especialista em Computação em nuvem e CEO da Avantiv

A segurança na nuvem é um assunto que pode parecer ambíguo, pode despertar tanto entusiasmo quanto receio no mundo dos negócios.

Ao passo que as empresas movimentam suas operações para a nuvem, questões relacionadas à proteção de dados, privacidade e conformidade se tornam ainda mais críticas. No entanto, o debate sobre a segurança na nuvem é frequentemente ofuscado por vários mitos que precisam ser explicados. E por essa razão trago aqui alguns desses mitos e as verdades que os acompanham.

Mito número um: “Nuvens Não São Seguras”

Uma das ideias mais difundidas é que as Nuvens são altamente inseguras, sobretudo porque os dados estão armazenados fora das instalações da empresa. No entanto, essa visão simplificada ignora a complexidade e robustez das medidas de segurança implementadas pelos principais fornecedores do Cloud.

E a verdade é que os principais fornecedores de Cloud como AWS, Google Cloud e Microsoft Azure investem bilhões anualmente para sua segurança. Eles têm pessoal treinado, tecnologias de ponta e práticas rigorosas para proteger dados.

Além disso, a segurança em nuvem segue o modelo de responsabilidade compartilhada, onde o provedor garante a segurança da infraestrutura enquanto o cliente é responsável pela segurança de suas aplicações e dados. Em muitos casos, as práticas de segurança na nuvem superam aquelas encontradas em ambientes “on-premise”.

Mito 2: “A Nuvem Não é Adequada para Dados Sensíveis”

Outro mito comum é a ideia de que dados altamente sensíveis, como informações financeiras ou de saúde, não devem ser armazenados na nuvem devido ao risco de vazamento ou roubo.

E a verdade em relação a isso passa pela seguinte lógica:

Com as devidas precauções e configurações, a nuvem pode ser um dos ambientes mais seguros para dados sensíveis. As soluções de criptografia avançada, tanto para dados em repouso quanto em trânsito, garantem que informações críticas permaneçam inacessíveis a terceiros. Além disso, muitos provedores de nuvem estão em conformidade com normas de segurança rigorosas, como GDPR, HIPAA e PCI-DSS, que regulamentam o tratamento destes mesmos.

Tendo tudo isso dito em mente; Quais são os serviços necessários? E as políticas estabelecidas?

Mito 3: “Provedores de Nuvem Têm Acesso aos Meus Dados”

A crença de que os provedores de nuvem têm acesso irrestrito aos dados de seus clientes é outra preocupação recorrente alimentando o medo da espionagem corporativa ou governamental.

A verdade é que provedores de nuvem respeitáveis têm políticas rigorosas em relação à privacidade dos dados de seus clientes. Em muitos casos, a criptografia de ponta a ponta é implementada, o que significa que apenas o cliente tem as chaves para decifrar seus dados. Além disso, contratos e acordos de serviço (SLAs) geralmente incluem cláusulas específicas que protegem os direitos dos clientes sobre seus dados, restringindo o acesso do provedor. É fundamental que as empresas entendam e escolham os serviços e configurações que garantam essa privacidade.

Mito 4: “Migrar para a Nuvem É Suficiente para Garantir a Segurança”

Há uma falsa sensação de segurança entre algumas empresas que acreditam que, ao migrar para a nuvem, toda a responsabilidade pela segurança é transferida para o provedor.

O fato é que a segurança em nuvem é uma responsabilidade compartilhada. Enquanto os provedores garantem a segurança da infraestrutura, as empresas devem gerenciar corretamente o acesso aos dados, configurar firewalls, monitorar atividades suspeitas e implementar políticas de segurança interna. A negligência em qualquer uma dessas áreas pode expor dados críticos a riscos, independentemente da robustez do provedor de nuvem.

Mito 5: “Ambientes MultiCloud Aumentam a Vulnerabilidade”

Com a crescente adoção de estratégias multicloud, onde empresas utilizam serviços de vários provedores, surge o mito de que isso aumenta a complexidade e, consequentemente, a vulnerabilidade a ataques.

Embora a multicloud possa trazer desafios adicionais de gerenciamento, ela também oferece a oportunidade de melhorar a segurança. Ao diversificar os provedores, as empresas podem mitigar o risco de falhas de segurança em um único ponto e aproveitar o melhor de cada serviço oferecido. No entanto, é essencial ter uma estratégia clara de gerenciamento de segurança que unifique a proteção de dados e a conformidade entre diferentes plataformas.

Mito 6: “Uma Brecha de Segurança na Nuvem Afetará Todas as Empresas que Utilizam o Serviço”

Existe uma crença de que, se uma brecha de segurança ocorrer em um provedor de nuvem, todas as empresas que utilizam seus serviços serão automaticamente afetadas.

Para além da crença, a realidade é que as arquiteturas de nuvem modernas são projetadas com segmentação rigorosa e isolamento entre os diferentes clientes. Isso significa que, mesmo que uma vulnerabilidade afete um cliente, é improvável que ela comprometa outros usuários na mesma plataforma. Os provedores de nuvem utilizam técnicas como “multi-tenancy” seguro e isolamento de rede para garantir que as operações de uma empresa não interfiram nas de outra. Portanto, a segurança de cada empresa depende muito de suas próprias configurações e práticas, além das medidas de segurança do provedor.

Mito 7:”A nuvem elimina a necessidade de backup local”

Enquanto alguns acreditam que não há mais nenhuma necessidade de ter backups locais, uma vez que os dados estão na nuvem, como o provedor de serviços de nuvem faz tudo.

Os provedores de nuvem oferecem redundância e recuperação de desastres, ainda assim é de bom tom, e recomendado manter backups locais ou em nuvens secundárias. Esta estratégia é referida como uma estratégia de backup 3-2-1; três cópias de dados em dois tipos diferentes de mídia, um dos quais deve estar fora do local. Ter uma cópia local ou uma cópia em outra nuvem separada pode proteger contra incidentes inesperados, como falhas de serviço, exclusão acidental de dados ou até mesmo questões legais que podem exigir acesso rápido e independente às informações.

A segurança na nuvem é um campo dinâmico e em constante mudança. Embora existam riscos associados ao uso da nuvem, a maioria desses medos são baseados em mitos ou informações obsoletas Ao entender o que realmente está por trás desses mitos, as empresas podem tomar decisões mais informadas e aproveitar plenamente as vantagens oferecidas pela nuvem sem comprometer a segurança de seus dados. A chave para o sucesso está na seleção do provedor certo, implementando práticas de segurança robustas combinadas com as melhores práticas do mercado.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676



TECNOLOGIA

Cirurgias robóticas devem revolucionar cuidados médicos até 2035

___ Com apoio da tecnologia 5G, procedimentos trazem vantagens para médicos e pacientes; número de robôs que realizam técnicas no Brasil mais do que dobrou em cinco anos

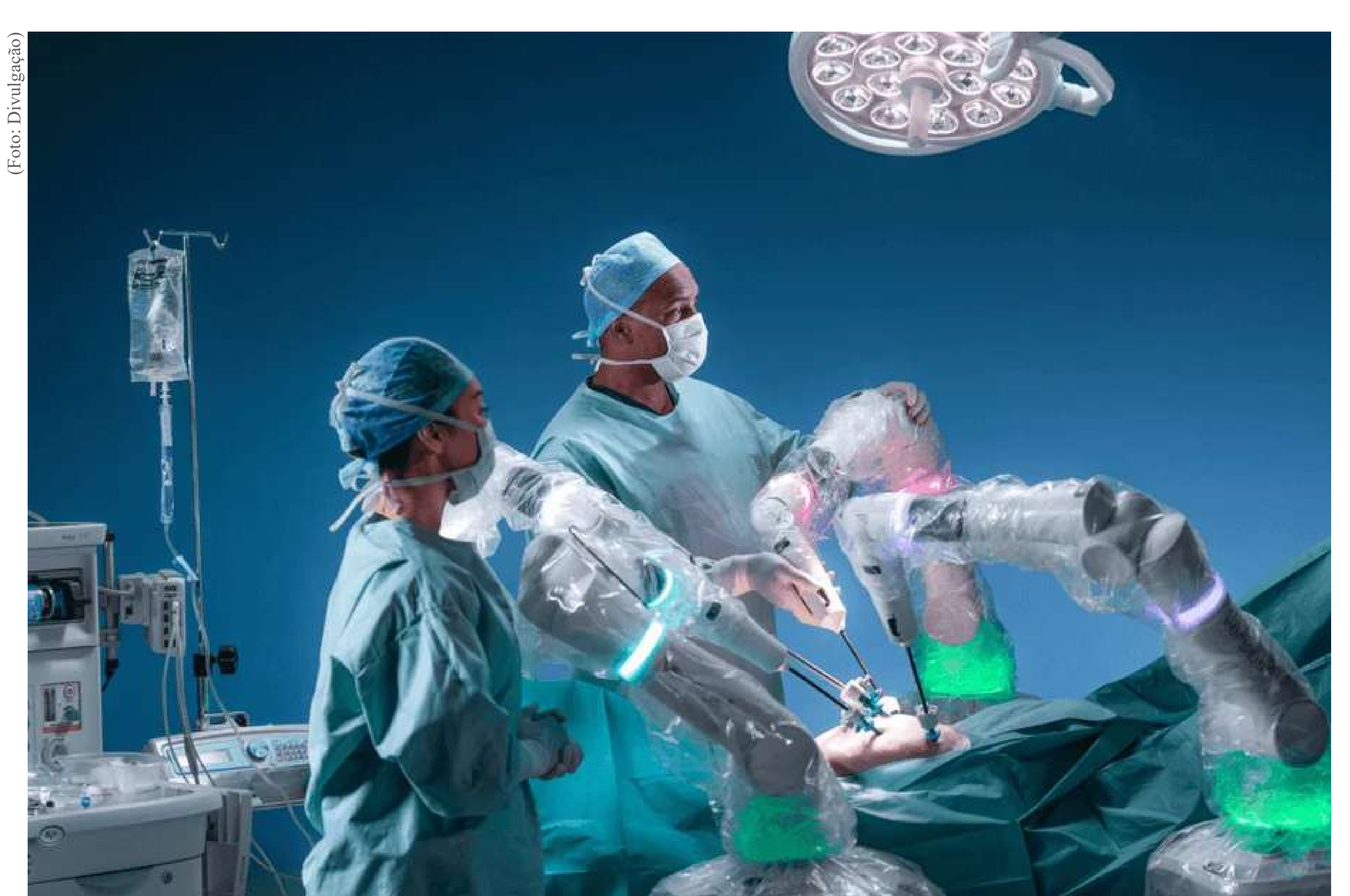
Cirurgias com maior precisão, minimamente invasivas, com menos sangramento e proporcionando uma recuperação mais rápida dos pacientes. Essas são as principais vantagens da cirurgia robótica, procedimento realizado por médicos com a utilização de robôs. O avanço tecnológico na área da saúde e das comunicações tem possibilitado o crescimento do setor e projeções indicam para uma ampla utilização desses procedimentos em todo o mundo.

Segundo relatório da GlobalData, empresa internacional especializada em análise de dados, a cirurgia robótica deve revolucionar os cuidados médicos até 2035. O relatório Future of Healthcare projeta que o mercado de dispositivos de cirurgia geral alcançará um valor de 58 milhões de dólares até 2033. O levantamento destaca que esses procedimentos podem aumentar a eficiência e melhorar os resultados das cirurgias, proporcionando vantagens significativas para médicos e pacientes.

No Brasil, a primeira cirurgia robótica foi realizada há 16 anos. Os procedimentos foram regulamentados pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) em 2022, que estabelece que as cirurgias robóticas devem ser realizadas em hospitais capacitados para atender alta complexidade e que cirurgiões tenham capacitação para essas intervenções.

O urologista Aníbal Branco, do Hospital São Marcelino Champagnat, realiza cirurgias robóticas na área uro-oncológica. O procedimento de maior frequência é a prostatectomia radical robótica, para tratamento do câncer de próstata. Também são realizadas a nefrectomia parcial e nefrectomia radical, para o tratamento de tumores renais malignos. Para o urologista, não há como vislumbrar um caminho sem tecnologia. “Eu diria que o futuro já está presente. Recentemente, participei de um congresso na Itália, onde foi realizada, pela primeira vez, uma cirurgia onde o cirurgião estava em Roma e o paciente estava em Pequim. Isso foi possível graças à cirurgia robótica e à tecnologia 5G. O procedimento ocorreu sem intercorrências. Isso já é uma realidade e a tendência é que se torne rotina, permitindo realizar cirurgias com pacientes em áreas remotas”, conta.

(Foto: Divulgação)



Aumento das cirurgias robóticas

O número de robôs que realizam cirurgias no Brasil mais do que dobrou em cinco anos. Em 2018, eram 51 equipamentos. No ano passado, esse número chegou a 111. A expansão do mercado e a chegada de novos robôs facilitaram a realização de procedimentos. Em 2024, o Hospital São Marcelino Champagnat, em Curitiba (PR), atingiu a marca de mil cirurgias robóticas realizadas por dois tipos de robôs. O robô Da Vinci X, utilizado em uma variedade de procedimentos, incluindo cirurgias gerais, oncológicas, urológicas, ginecológicas, torácicas, gastrocirurgias, bariátricas e de cabeça e pescoço, oferece orientação visual avançada com uma câmera de alta tecnologia e controles precisos. Isso permite um ajuste fino e um maior alcance cirúrgico. O robô ROSA Knee é especializado em Artroplastia Total do Joelho (ATJ), ou seja, a colocação de próteses de joelhos. Equipado com um sistema de robótica moderno e intuitivo, o ROSA Knee proporciona cortes exatos e auxilia o ortopedista com precisão durante os procedimentos.

Para o gerente médico do hospital, Jarbas Motta Junior, oferecer as melhores tecnologias e tratamentos aos pacientes é fundamental para se manter como referência. “No Centro de Cirurgia Robótica, onde realizamos os procedimentos com robôs, contamos com médicos altamente capacitados e bem treinados para garantir um serviço de excelência. É com grande satisfação que chegamos à marca de mil cirurgias robóticas e seguimos comprometidos em estar sempre na vanguarda da saúde”, observa.

O ortopedista Antonio Tomazini, especializado em cirurgia de joelho, realiza procedimentos com auxílio de robôs e destaca como a tecnologia melhorou o acesso a intervenções mais complexas. “O uso da cirurgia robótica proporciona mais precisão, menos sangramento e uma execução aprimorada. Os pacientes sentem menos dor no pós-operatório e necessitam de menos medicação. Isso é especialmente benéfico para pessoas com mais de 60 anos, que são pacientes mais sensíveis a medicamentos e frequentemente utilizam outros compostos químicos”, analisa.

Custos e desafios

Devido à alta tecnologia envolvida e à necessidade de aprimoramento constante dos profissionais, as cirurgias robóticas são mais caras e, em muitos casos, ainda não são cobertas pelos planos de saúde. Esse fator representa um grande desafio do acesso a esses procedimentos para boa parte da população brasileira.

O urologista Aníbal Branco acredita que a chegada de novas plataformas e empresas ao setor de saúde deve reduzir custos e ajudar na democratização. “Temos uma empresa que é líder de mercado há mais de 20 anos. Já chegaram duas plataformas, ainda de maneira tímida, ao Brasil, com poucas unidades. Mas há, agora, mais de 30 novas plataformas, uma grande parte com origem na Ásia, especialmente na China, e que prometem baratear o mercado e fazer com que mais pacientes tenham acesso à tecnologia robótica. A expectativa é que algumas delas já sejam aprovadas pela Anvisa. Com isso, espera-se que os custos diminuam e mais pessoas tenham acesso à cirurgia robótica, inclusive no sistema público”, comenta.

IA deve gerar transformação radical nos serviços públicos do Brasil, diz especialista da dataRain

___ Para Wagner Andrade, CEO da empresa, investimento brasileiro é superior ao de países europeus e deve ter reflexos positivos em educação, meio ambiente, gestão pública e saúde, contribuindo ainda com o tratamento e diagnóstico de doenças como o câncer

(Foto: Divulgação)



O investimento do governo brasileiro em Inteligência Artificial (IA), por meio do programa “IA para o Bem de Todos”, deve gerar impactos transformadores para a população, em termos de inovação e qualidade. Essa é a avaliação de Wagner Andrade, CEO da dataRain, uma das mais relevantes parceiras da AWS na América Latina. Com um orçamento de R$ 23 bilhões para os próximos quatro anos, a iniciativa visa não apenas alavancar a infraestrutura tecnológica do país, mas também promover avanços em áreas essenciais como saúde, educação, meio ambiente e gestão pública.

Andrade destaca a importância desse plano como um passo importante para o Brasil se posicionar no cenário global de IA. “Embora o investimento to pareça modesto, quando comparado aos gastos de potências como Estados Unidos e China, ele é equivalente ou até superior ao que países europeus de ponta estão destinando para IA”, afirma. Ele ressalta que o projeto foi resultado de um processo de ampla discussão, que envolveu mais de 117 instituições, garantindo que as ações estejam alinhadas com as necessidades reais do país.

Segundo o especialista em tecnologia, um dos grandes méritos do programa é a estrutura organizada em cinco eixos principais, com um foco inicial em ações de impacto imediato que receberão R$ 435 milhões. “O Brasil está caminhando para integrar a IA em setores cruciais como saúde e educação. São ações que têm o potencial de transformar radicalmente a maneira como os serviços públicos são prestados, trazendo benefícios tangíveis para os cidadãos”, explica.

Na área da saúde, por exemplo, o uso de IA já se mostra promissor com iniciativas como a personalização dos cuidados e a utilização de big data para o tratamento do câncer. “Estamos vendo um avanço impressionante na medicina preventiva e no diagnóstico precoce de doenças, o que pode salvar inúmeras vidas. A IA está permitindo que as decisões médicas sejam mais informadas e precisas, o que é essencial para um país com um sistema de saúde tão complexo como o nosso”, argumenta.

No campo da educação, a IA será utilizada para monitorar o aprendizado dos estudantes, identificar dificuldades e adaptar o conteúdo educacional às necessidades individuais de cada aluno. “Essas ferramentas podem revolucionar o ensino no Brasil, especialmente em regiões onde os recursos são escassos. O programa prevê, por exemplo, a implementação de sistemas de tutoria inteligente em matemática, que poderão melhorar significativamente o desempenho dos alunos”.

Apesar dos avanços promissores, Andrade alerta que o Brasil ainda enfrenta desafios consideráveis, como o alto índice de analfabetismo funcional e as deficiências na educação básica e no ensino médio. “Estamos em um momento histórico disruptivo e o país precisa vencer essas barreiras para se tornar competitivo na era da informação”, afirma.

Segundo ele, embora possua ilhas de excelência, a desigualdade econômica e educacional ainda impede que o Brasil esteja plenamente preparado para a revolução da IA. Por isso, conclui com uma visão otimista, mas realista: “A revolução da IA trará muitas surpresas e desafios nos próximos anos. O Brasil, com as medidas certas, tem a oportunidade de transformar essas mudanças em um motor de progresso social e econômico. Porém, é crucial que continuemos a investir em educação e infraestrutura para garantir que todos possam se beneficiar dessa nova era tecnológica”.

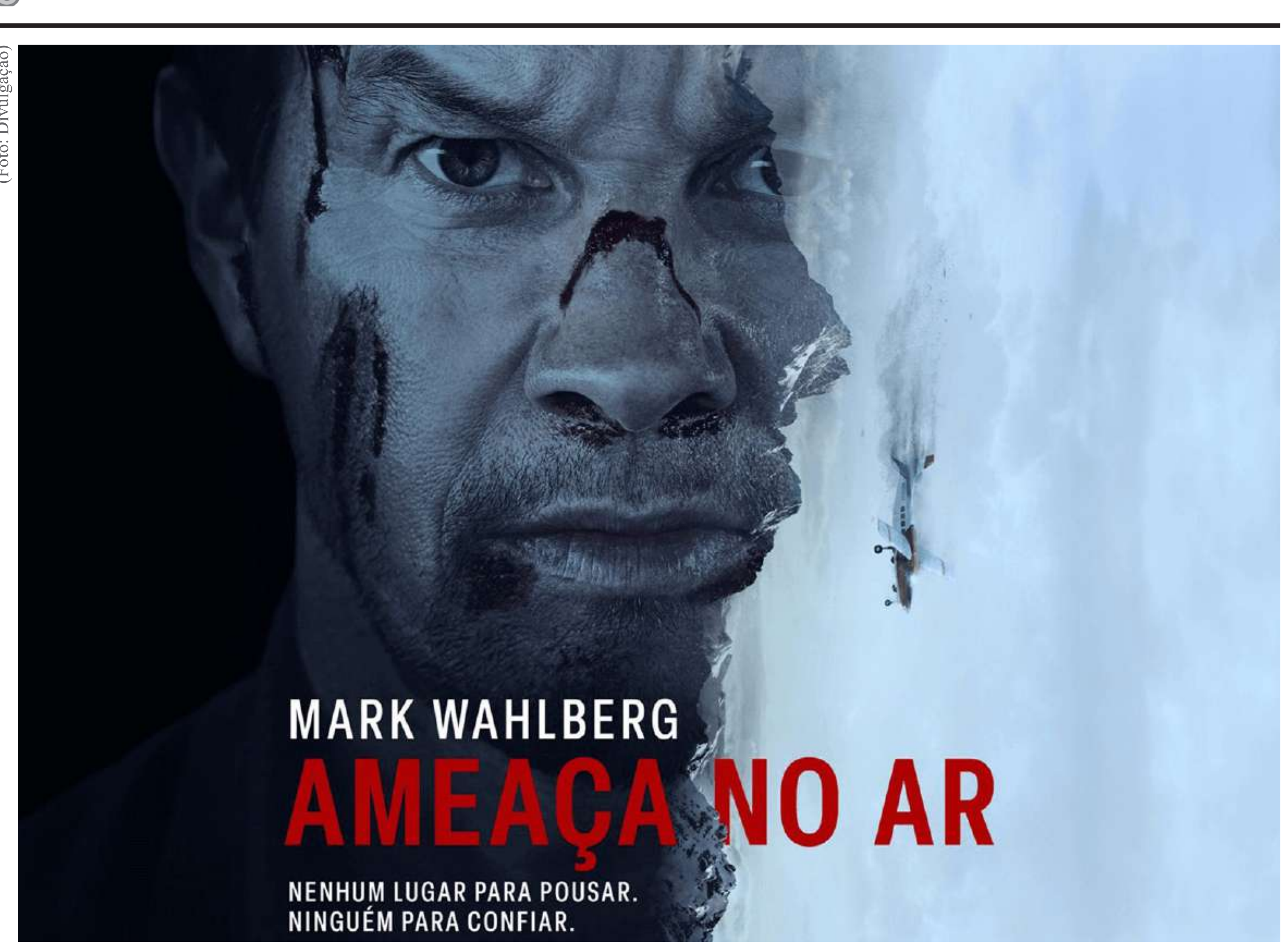
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

LANÇAMENTOS/LIVROS

Com direção de Mel Gibson, suspense “Ameaça no Ar” estreia em janeiro de 2025 nos cinemas

___ Longa protagonizado por Mark Wahlberg chega às telonas em 23 de janeiro de 2025

(Foto: Divulgação)



O novo suspense “Ameaça no Ar” (Flight Risk), dirigido por Mel Gibson e protagonizado pelo ator indicado ao Oscar® Mark Wahlberg, chega aos cinemas nacionais em 23 de janeiro de 2025, com distribuição da Paris Filmes.

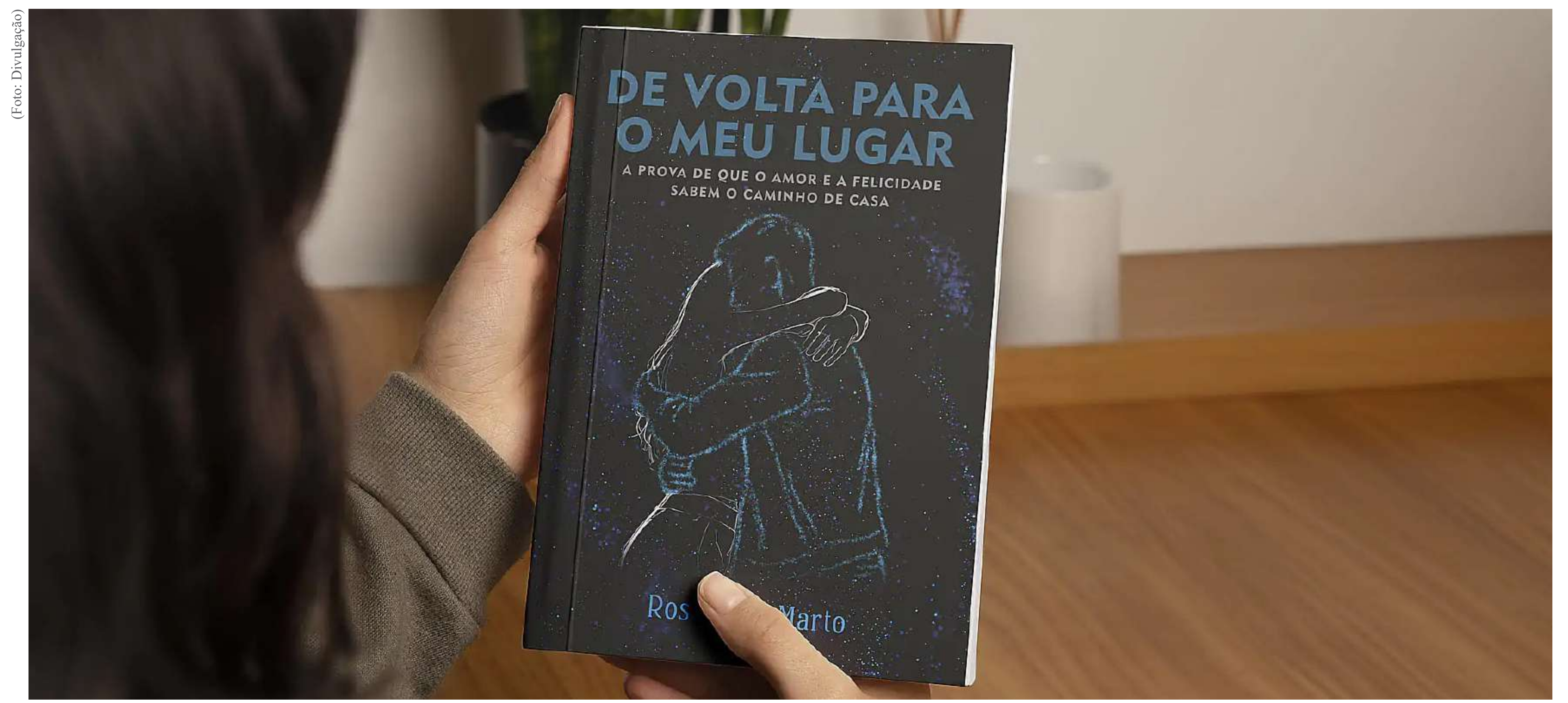
Com roteiro assinado por Jared Rosenberg, o filme conta uma história de alto risco. Um piloto (Mark Wahlberg) é responsável por transportar uma profissional da Força Aérea (Michelle Dockery) que acompanha um fugitivo (papel de Topher Grace) até seu julgamento. À medida que atravessam o Alasca, a tensão aumenta e a confiança é testada já que nem todos a bordo são quem mostram ser.

A distribuição nacional é da Paris Filmes e a **produção** é da Hammerstone Studios, Icon Production e Davis Entertainment.

O amor que atravessou 40 anos até encontrar um final feliz

___ Na autobiografia “De volta para o meu lugar”, Rosangela Marto mostra a importância de se reconectar com a paixão pela vida após relação abusiva

(Foto: Divulgação)



O tempo separou Rosangela Marto do grande amor de sua vida, mas ela conseguiu retornar a ele depois de quatro décadas, quando o destino de ambos parecia improvável de se cruzar novamente. Já não mais uma adolescente ingênua, ela o reencontrou como uma mulher adulta, com duas filhas, uma experiência atribulada no exterior e uma bagagem emocional marcada por um relacionamento abusivo que prejudicou sua autoconfiança. Ainda assim, nada impediu os dois de se reapaixonarem como os jovens que um dia foram e de redescobrir a beleza de existir apesar dos problemas.

Essa história com final feliz é contada na autobiografia De volta para o meu lugar, a estreia da autora na literatura após anos de dedicação à família e a outros rumos profissionais. Aos 62, ela publica esta obra como um manifesto a todas as pessoas, principalmente mulheres, que cultivam em si uma certa teimosia de manter as esperanças mesmo diante de realidades árduas. A partir da própria trajetória, a escritora incentiva as leitoras a fazerem as pazes com o envelhecimento e a viverem com vigor, gratidão e felicidade.

A narrativa inicia em meados de 1970 e imerge em um mundo onde a internet não estava perto de ser popularizada. Entre cartas, fitas-cassete e o auge das bandas de rock inglesas, Rosangela Marto evoca a nostalgia enquanto relata o surgimento de um romance de férias que a marcaria por toda sua trajetória. O fio condutor da história é Eder, o homem por quem se apaixonou durante as férias em Praia Grande e que, no futuro, entre encontros e desencontros, seria um dos responsáveis por ajudá-la a se reconstruir após experiências traumáticas.

Confessei a ele o meu desejo de viver sozinha por um tempo. Toda minha vida tinha sido um constante movimento de um lar para outro – da casa de minha mãe para um casamento precoce, e, após o primeiro divórcio, minhas filhas ficaram comigo até se casarem. Depois, quase imediatamente, me casei com Vagner. E agora vivia com uma amiga num espaço pequeno de um apartamento. Nunca houve um momento só meu, um espaço onde eu pudesse ser apenas eu. (De volta ao meu lugar, p. 156).

Além de uma obra para incentivar a luta pelos sonhos em qualquer idade, as memórias da autora dialogam com as leitoras que sofrem em relacionamentos abusivos e já não acreditam no amor – seja ele romântico, ou não. Entre as rotas incalculáveis do destino, a escritora explica como renunciou a si mesma para se encaixar na dinâmica de um casamento com um homem com transtorno de personalidade narcisista. Quando se mudou para a Alemanha para morar com o então marido, percebeu-se sem rede de apoio, em um país com cultura muito diferente da brasileira e com uma barreira linguística que a impedia de estabelecer uma comunicação mais profunda.

Um longo período de abuso emocional passou até que ela decidiu pôr fim a esse ciclo. Entre manipulações do ex-marido e audiências exaustivas, assinou os papéis do divórcio para voltar a seu lugar: Jundiaí, a cidade onde nasceu, cresceu e morou com as filhas – agora também o lar do amor entre ela e Eder. “Minha narrativa demonstra que, apesar das decepções e dos traumas, é possível realizar sonhos e encontrar a verdadeira felicidade. Revela a força interior que uma mulher pode encontrar para resgatar sua essência e assumir a responsabilidade por sua própria felicidade”, salienta a autora.

FICHA TÉCNICA

Título: De volta para o meu lugar

Subtítulo: A prova de que o amor e a felicidade sabem o caminho de casa

Autora: Rosangela Marto

ISBN: 978-65-5872-892-4

Páginas: 192

Preço: R$ 57,90 (físico) | R$ 24,90 (e-book)

Onde comprar: Amazon

LANÇAMENTOS/LIVROS

Abraçando as diferenças: confira 3 livros infantis para combater o capacitismo

___ No Dia Nacional da Pessoa com Deficiência, a SOMOS Literatura traz dicas de obras infantis para conscientizar os pequenos sobre o tema

(Foto: Divulgação)



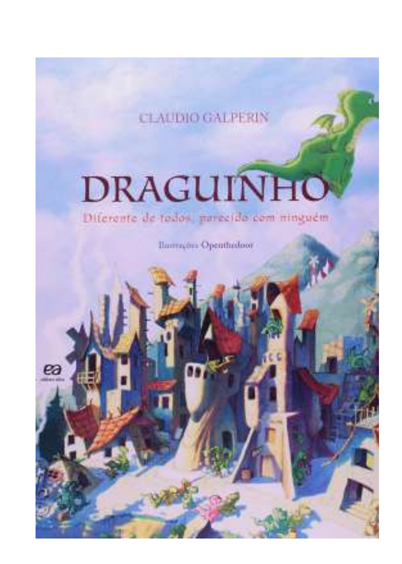
Oficializado por lei em 2005, o Dia Nacional da Pessoa com Deficiência simboliza a importância de desenvolver meios de inclusão para as pessoas com deficiência (PCDs). Comemorada em 21 de setembro desde 1982, a data é resultado da reivindicação do Movimento pelos Direitos das Pessoas com Deficiência (MDPD) e representa uma oportunidade para refletir sobre o combate ao preconceito e incentivar o respeito às diferenças, inclusive entre as crianças.

Tendo em vista que a infância é o momento de conhecer e compreender o mundo ao redor, é nessa fase que são aprendidas as habilidades cognitivas, como ler, falar e escrever, e que começa a construção de concepções de valores e o desenvolvimento das competências socioemocionais, como empatia e compaixão. Por isso, especialistas afirmam que é essencial abordar temas como preconceito e capacitismo desde cedo, visando formar cidadãos capazes de fazer com que as diferenças sejam aceitas e valorizadas.

Nesse contexto, a literatura é uma das ferramentas que pode contribuir com a imersão das crianças na temática da inclusão. Para Laura Vecchioli do Prado, coordenadora de literatura e informativos do Editorial de Educação Básica da SOMOS Literatura, os livros podem ajudar os pequenos a entender a importância de respeitar pessoas com deficiência e celebrar suas singularidades, compreendendo que cada um possui habilidades e necessidades únicas.

"Ao apresentar personagens com deficiência ou trabalhar essa temática de modo central, a literatura infantil ensina sobre empatia e promove a inclusão, combatendo estereótipos preconceituosos e permitindo que as crianças enxerguem a diversidade como algo natural e positivo", afirma a coordenadora.

Para incentivar discussões sobre o capacitismo nas escolas ou em casa e ajudar a construir uma geração que promova a equidade, a SOMOS Literatura separou 3 obras que abordam o tema da deficiência e da diversidade. Confira!



1 – Draguinho: Diferente de todos, parecido com ninguém, de Claudio Galperin – Editora Ática
Preço: R$ 78,00
Autor: Claudio Galperin
Número de páginas: 48
Draguinho era diferente dos outros dragões. Enquanto todos se exibiam soltando fogo pelo nariz e pela boca, a especialidade do nosso amiguinho era outro elemento: a água. Cansado de sentir-se sozinho e rejeitado, decidiu fugir para a floresta. Após alguns desafios e aventuras, Draguinho finalmente enxerga a vantagem em ser único.



2 – O Gato Massamê e aquilo que ele vê, de Ana Maria Machado – Editora Ática
Preço: R$ 72,00
Autora: Ana Maria Machado
Número de páginas: 24
O gatinho Massamê era único. Com suas listras alaranjadas e óculos redondo, encantava todos por onde passava. Certo dia, o felino se apaixona por uma linda borboleta vermelha, mas descobre que, sem óculos, poderia confundi-la com outros objetos da mesma cor. De forma simples e divertida, Ana Maria Machado aborda a importância de abraçarmos as diferenças.




3 – Rodas, pra que te quero!, de Angela Carneiro e Marcela Cálamo – Editora Ática
Preço: R$ 72,00
Autoras: Angela Carneiro e Marcela Cálamo
Número de páginas: 56
Baseado na história de uma das autoras, o livro nos apresenta Tchela, uma alegre menina que adorava correr e andar de bicicleta com seus amigos. Porém, após sofrer um acidente, passa a não ter mais o controle de suas pernas. Mesmo desolada, a menina tenta encarar essa nova realidade com um olhar positivo: agora ela terá duas rodas para levá-la para onde quiser!

Não Sou Santo, single do cantor e compositor Baobá, antecede álbum inédito de Afro Pop com influências rítmicas brasileiras

___ Ancestralidade e erotismo são marcas do single Não Sou Santo e do álbum INÃ, previsto para novembro

(Foto: Divulgação)

O cantor e compositor Baobá anuncia o lançamento de seu mais novo single, Não Sou Santo, para o dia 25 de setembro, quarta-feira, em todas as plataformas digitais. A música, que virá acompanhada por um videoclipe, mistura Afro Pop com influências rítmicas brasileiras e traz à tona a singularidade do artista, explorando temas como sexualidade, religiosidade e prazer.

Segundo Baobá, Não Sou Santo revela sua essência em uma combinação entre o profano e o sagrado. "Quando penso e escrevo a letra, ela retrata eu, Baóba, minha energia saliente, singular, que beira o profano e o sagrado. Revela a ambiguidade do meu desejo, um mix de prazer da carne, sexo e paixões. Não é sobre alguém ou para alguém, é mais sobre mim, sobre essa energia que me toma e me faz eu, nu e cru", reflete o artista.

Visualmente, o clipe explora simbologias de entidades como Exu, Pombogira e Santo Antônio, misturando referências da religiosidade afro-brasileira e do catolicismo popular. A proposta visual visa desafiar tabus relacionados à sexualidade e espiritualidade, temas recorrentes na obra do artista.

"Essas entidades me ensinam sobre o amor e sobre se amar primeiro, sobre gozar comigo primeiro, meu prazer primeiro", completa Baobá.

Musicalmente, "Não Sou Santo" é um resgate de memórias ancestrais que dialogam com ritmos como calypso, lambada e forró, gêneros que marcaram a infância do artista e hoje influenciam suas criações. A musa inspiradora do single é Dona Onete, aclamada rainha do carimbó chamegado, cujas histórias de encantaria e religiosidade do Pará conectam-se à arte de Baóba.

O videoclipe traz um ser mítico e uma energia da natureza que representa o desejo e a liberdade. O single faz parte de um álbum INÃ, que será lançado dia 18 de novembro e promete seguir o estilo envolvente do artista, reforçando também as simbologias que fazem parte de sua trajetória.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676